



# PPP

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



### NÚCLEO REGIONALIZADO C



SECRETARIA DE  
EDUCAÇÃO





# **NÚCLEO REGIONALIZADO C**

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

NÚCLEO REGIONALIZADO C  
Secretaria Municipal de Educação  
*ANGUERA-BA, 2022*



*Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.*



**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Renan Iury Mendes Brito

**COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:**

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

**DIRETORA ESCOLAR**

Antônia Iraildes do Santos Silva Santos

**COORDENADORA PEDAGÓGICA:**

Marivane Alves dos Santos Simas

**DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:**

Anderson Sampaio Oliveira



## **SUMÁRIO**

### **INTRODUÇÃO**

#### **1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

##### **1.1. Organização Institucional e Perfil Identitário**

1.1.2. Características e Finalidades

1.2. Linha do Tempo: a História Institucional

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

#### **2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4. Concepção de Currículo

2.4.1. Fundamentos do Currículo

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Concepção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O Respeito à Diversidade

#### **3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Os Temas Integradores

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

#### **4. ETAPAS DO ENSINO**

4.1. Educação Infantil

4.1.1. Creche

4.1.2. Pré-Escola

4.1.3. Transição da Creche para a Pré-escola

4.1.4. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

#### 4.2. Ensino Fundamental

4.2.1. Anos Iniciais

4.2.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

4.2.3. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

### **5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO**

#### 5.1. A Política da Educação Inclusiva

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

#### 5.2. A Política de Educação do Campo

5.2.1. Concepção da Educação do Campo

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do Campo

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do Campo

5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

#### 5.3. A Política da Educação de Jovens e Adultos

5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos

5.3.2. Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos

5.3.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

5.3.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

#### 5.5. A Política de Assistência Estudantil

5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil

5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

#### 5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

#### 5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção da Comunicação Escola/Família/Comunidade

5.7.2. Princípios da Comunicação Escola/Família/Comunidade

5.7.3. Diretrizes da Comunicação Escola/Família/Comunidade

## **6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teórico-Methodológicos do Processo

6.3. Diretrizes para a Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **REFERÊNCIAS**

## INTRODUÇÃO

Atualmente na sociedade é muito falado sobre o papel social da escola. Observa-se que a educação é imprescindível para a formação social do ser humano, logo o intuito é a formação de sujeitos aptos ao exercício da cidadania, sempre levando em conta a realidade circundante desse aluno.

Certamente, a escola tem potencial exponencial para exercer influência direta na transformação da sociedade, por isto a instituição escolar deve incluir temas que abordem conteúdos mais vinculados ao cotidiano do aluno, transformando o espaço escolar em espaço de interação social. Nesta perspectiva, a lei suprema do sistema educacional, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), amplia o papel da escola diante da sociedade, direcionando a atenção para as políticas educacionais determinando que cada escola construa o seu projeto político pedagógico.

A prática no ambiente escolar em outrora, era uma ação autoritária, no qual o gestor decidia tudo e era habituado a receber instruções superiores que definiam o direcionamento da escola. Hoje, se tem outra visão sobre o dia a dia no ambiente escolar, percebe-se que, na rotina diária de uma escola é importante a união, o diálogo de todos os seguimentos.

O Projeto Político Pedagógico é um planejamento que procura conhecer, (re)conhecer e resolver coletivamente as necessidades da escola, contribuindo assim, para a formação de pessoas operantes e capazes de ter um novo olhar sobre o meio em que vivem.

Portanto, a escola precisa modificar sua postura para acompanhar as mudanças sociais em conformidade com as leis que norteiam o sistema educacional. Quem faz a escola acontecer precisa aprender a construir sua autonomia no ambiente, desenvolvendo junto com a equipe escolar, a capacidade de construir competências e assumir responsabilidades. A sociedade tem grande urgência por uma educação que contemple a formação integral do ser humano e, um dos caminhos a ser percorrido é a construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

Demonstraremos a importância do papel em prática do Projeto Político Pedagógico, como um dos fatores para a descentralização do poder na instituição

escolar, buscando coletivamente a construção da identidade da escola com objetivo de promover o ensino - aprendizagem com melhor qualidade. E que uma gestão participativa, impulsiona o indivíduo a ter uma consciência coletiva, assumindo o seu papel na sociedade, como sujeito que interage com o meio com responsabilidades, além da importância do gestor neste processo.

Acima de tudo, o ato de planejar é fundamental no processo educativo, pois ele nos leva ao mais profundo estudo do ambiente, da escola, do ensino- aprendizagem, da comunidade onde a escola está inserida e da sociedade, de uma maneira que possa entender que tipo de sociedade temos e qual queremos. A escola é um organismo vivo, por isto ela precisa fazer um diagnóstico global da instituição, fazer uma autoavaliação do atual processo, visando analisar se de fato, está cumprindo seu papel social.

A finalidade do PPP é mobilizar a comunidade escolar para participar ativamente da gestão escolar e assumir o comprometimento com o social tornando assim em agentes transformadores do meio e conseqüentemente da sociedade. Sendo assim, se faz necessário a construção do Projeto Político-Pedagógico das escolas do núcleo Regionalizado C, visando projetar e concretizar ações que venham transformar a realidade, melhorando os serviços educacionais.

## **1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

**NOME:** Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus

**ENDEREÇO:** Fazenda Tapera

**CEP:** 4467-0000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Zona Rural

**E-MAIL:** nucleo04.anguera@gmail.com

**TELEFONE:** (75) 3239-6500

**CNPJ:**428.8966/0001-27

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090075

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Ensino Fundamental do 1º ano ao 5º ano

**CÓDIGO DAS TURMAS:**

1º ano 26467971

2º ano 26467972

4º ano 26467973

5º ano 26467974

**ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR:**

SÉRIE / TURMA / TURNO	ESCOLA	HORÁRIO ENTRADA / HORÁRIO SAÍDA
1º ANO - MATUTINO	CEZÁRIO	7h:40min às 11h:40 min
2º ANO - MATUTINO	CEZÁRIO	7h:40min às 11h:40 min
4º ANO - MATUTINO	CEZÁRIO	13:00h às 17:00 h
5º ANO - VESPERTINO	CEZÁRIO	13:00h às 17:00 h

**NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:**

SÉRIE / TURMA / TURNO	ESCOLA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
1º ANO - MATUTINO	CEZÁRIO	10
2º ANO - MATUTINO	CEZÁRIO	07
4º ANO - MATUTINO	CEZÁRIO	09
5º ANO - VESPERTINO	CEZÁRIO	18
<b>TOTAL: 44</b>		

**QUADRO DE PROFISSIONAIS:**

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Antônia Iraídes do Santos Silva Santos	Diretora	Especialista
Marivane Alves dos Santos Simas	Coordenadora	Especialista
Antonia Raimunda Bastos de Oliveira	Professora	Nível superior Completo
Eliene Alves da Cruz	Professora	Nível superior completo
Iraci de Santana Teles Nascimento	Professora	Nível superior completo
Jaci Silva Santos Costa	Professora	Nível superior Completo
Mariluce Carvalho Dantas	Professora	Nível superior completo
Suzi Barbosa da Silva	Professora	Nível Superior Completo
Ana Claudia Barbosa Pinheiro	Auxiliar Administrativo	Ensino médio completo
Andrea Silvia Cordeiro da Silva	Merendeira	Ensino médio completo
Valdirene do Nascimento Lopes Silva	Merendeira	Ensino médio incompleto
Juscilene Medeiros Correia	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino médio incompleto
Risoneide Ramos Leão	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino médio completo
Fabiana Ferreira Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	Ens. médio incompleto
Agnaldo Santana Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Ens. fundamental incompleto
Roque Bento Pereira	Agente de Portaria	Ens. fundamental incompleto
Marileide Leão dos Santos	Acom. Transporte Escolar	Ensino médio completo

## **1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

**NOME:** Prédio Escolar Felipe dos Santos Costa

**ENDEREÇO:** Fazenda Boa Esperança

**CEP:** 44.670.000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Zona Rural

**E-MAIL:** nucleo04.anguera@gmail.com

**TELEFONE:** (75) 3239-6500

**CNPJ:** 13607346000102

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29089980

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil grupo 02/03/04 e 05;  
Ensino Fundamental do 1º ano ao 5º ano

**CÓDIGO DAS TURMAS:**

**CÓDIGO DAS TURMAS:**

Educação Infantil grupo 02 e 03-26616228

Educação Infantil grupo 04 e 05-26616229

3º Ano 26616227

**ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR:****NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:**

SÉRIE / TURMA / TURNO	ESCOLA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
GRUPO 04 / 05 - MATUTINO	FELIPE	15
GRUPO 02 / 03 MATUTINO	FELIPE	19
3º ANO VESPERTINO	FELIPE	09
<b>TOTAL: 43</b>		

**QUADRO DE PROFISSIONAIS:**

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Antonia Iralde do Santos Silva Santos	Diretora	Especialista
Marivane Alves dos Santos Simas	Coordenadora Pedagógica	Especialista
Maria Angélica Carvalho de Freitas	Professora	Nível Superior Completo
Patrícia Lopes de Jesus Dias Silva	Professora	Nível Superior Completo
Lidiane Mascarenhas Rodrigues Gonçalves	Professora	Nível Superior Completo
Rosana de Almeida silva	Auxiliar de Ensino	Superior incompleto
Rita de Cássia Silva Santos Assis	Auxiliar de Ensino	Magistério
Maria da Paixão Bastos da Silva	Aux. de Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Nilza Maria Pereira Santos	Merendeira	Ens. Fundamental incompleto
Jaciara Lemos de Andrade	Merendeira	Ensino fundamental incompleto
Liliane Lopes de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Marivânia Gonçalves Alves	Aux. de Serviços Gerais	Ens. fundamental Incompleto

**NOME:** Prédio Escolar Bernardino Rosário da Silva

**ENDEREÇO:** Fazenda Jenipapo

**CEP:** 44670000

**MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

**LOCALIZAÇÃO:** Zona Rural

**E-MAIL:** nucleo04.anguera@gmail.com

**TELEFONE:** (75) 3239-6500

**CNPJ:** 13607346000102

**CÓDIGO DO INEP/SERIE:** 29090013

**ENTIDADE MANTENEDORA:** Prefeitura Municipal de Anguera

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO:**

**MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:** Educação Infantil grupo 03/04 e 05; EJA –Educação de Jovens e Adultos

Código das turmas

Educação Infantil 26460653

EJA 1º e 2º ano 26460652

EJA 4º e 5º ano 26460654

SÉRIE / TURMA / TURNO	ESCOLA	HORÁRIO ENTRADA / HORÁRIO SAÍDA
G03/04/05 - MATUTINO	BERNADINO	7 h:40min às 11h:40 min
EJA - ESTÁGIO 01 (3º, 4º E 5º ANO)	BERNADINO	13:00 h às 17:00 h
EJA - ESTÁGIO 01 (1º E 2º ANO) NOTURNO	BERNADINO	18h30min às 21h00min

**CÓDIGO DAS TURMAS:****ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR:****NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:**

SÉRIE / TURMA / TURNO	ESCOLA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
G 03/04/05 - MATUTINO	BERNADINO	10
EJA-ESTÁGIO 01 (3º,4º E 5º ANO)	BERNADINO	14
EJA-ESTÁGIO 01 (1º E 2º ANO) NOTURNO	BERNADINO	12
<b>TOTAL: 36</b>		

**QUADRO DE PROFISSIONAIS:**

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Antonia Iraídes do Santos Silva Santos	Diretora	Especialista
Marivane Alves dos Santos Simas	Coord.Pedagógica	Especialista
Ana Maria Cordeiro Santos	Professor	Nível Superior Completo
Diana da Silva Cardoso	Professor	Nível Superior Incompleto
Denildes Santa Cruz Silva Regis	Professor	Nível Superior Completo
Rosângela de Azevedo Regis	Aux. de ensino	Magistério
Dalva da Cruz Pereira	Merendeira	Ens. Fundamental Incompleto
Filomena Oliveira Silva	Merendeira	Ens. Fundamental Incompleto
Cristiane Ferreira da Conceição	Aux. de Serviços Gerais	Ens. Fundamental Incompleto
Domingos Silva Santa Cruz Bento	Porteiro	Ens. Fundamental Incompleto

## 1.1 PERFIL IDENTITÁRIO

### 1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores

Em consonância com o papel social das nossas instituições de ensino, bem como na sua localização, ou seja, na zona rural almejamos a oferta de uma educação que contemple as necessidades dos sujeitos do campo e a formulação de um currículo condizente com sua realidade e especificidades. Que leve em consideração o contexto social, histórico, cultural e local dos nossos estudantes, respeitando suas demandas e anseios, buscando formar sujeitos os quais valorizem suas origens.

Desse modo, seguimos articulando movimentos internos (por meio de projetos, formações, sequências didáticas, debates etc.) que venham de fato promover uma educação do campo e para o campo. Almejamos que esse movimento possa aos poucos incluir alguns processos teórico-metodológicos que fomentem os direcionamentos dos nossos alunos, tanto no âmbito da valorização cultural quanto intelectual, fazendo com que os mesmos se tornem autores de suas próprias conquistas.

Nossas escolas atuam em prol do desenvolvimento pleno do aluno de forma integral, promovendo ações que promovam a preparação do aluno do campo. Para que tenha uma compreensão do contexto sócio-histórico em que está inserido, propiciando um repensar da sua realidade de forma a perceber a importância dos habitantes do campo na sustentação da sua identidade e potencializando a cultura para que possam construir uma base sólida e firmar seu espaço.

A **missão** das escolas do Núcleo Regionalizado C, pauta-se na promoção de um espaço que faça resplandecer a esperança, no sentido de construção coletiva de um futuro melhor por meio das relações humanizadas, exercitando a empatia, o respeito mútuo, considerando a realidade do educando. Para Libâneo (2001, p. 85), “[...] a escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significados à informação [...]”.

Nesse sentido, nossa incumbência é desenvolver plenamente o ser humano em suas potencialidades físicas, cognitiva, afetiva, crítico-reflexivo, promovendo sua autonomia, tornando-os sujeitos conscientes de seu papel na sociedade, interagindo como outro e o meio em que vivem.

Temos como **visão** a promoção de uma educação que se torne referência no município pela qualidade de ensino que ministramos pela forma como acolhemos a comunidade escolar e a competência profissional de nossa equipe, buscando sempre o bem estar e a formação integral do sujeito através de uma educação humanizada, tanto no conhecimento científico como no conhecimento de mundo, assim como nas construções de valores e prática de cidadania.

Diante da relevância dos **valores** que norteiam o funcionamento das nossas escolas buscamos incansavelmente potencializar o aprendizado com base na promoção do respeito, pois acreditamos que este é o elemento chave para o desenvolvimento dos demais princípios éticos e morais.

Neste sentido, levando em consideração o contexto social em que estão inseridas as famílias dos nossos alunos, a escola promove ações educativas que visam à formação não apenas dos educandos mais também dos próprios responsáveis que são carentes de instruções adequadas para orientar e acompanhar, tanto a formação escolar quanto social das crianças. Dessa forma, a escola busca formar alunos multiplicadores de valores que se iniciam no âmbito da escola como respeito aos colaboradores, professores, colegas de classes e posteriormente deságuam na família e na comunidade, capazes de mostrar-se enquanto seres humanos e humanizadores.

### **1.1.2 Características e finalidades**

As comunidades: Chapada, Tapera, Boa Esperança, Candialinho, Genipapo, Carro Quebrado, são constituídas por famílias de baixo poder aquisitivo. A maioria dos pais cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental. O público das escolas é formado por filhos de agricultores, criadores de animais de pequeno porte, e autônomos. As residências dos alunos, em sua maioria, ficam distantes da escola, por isso, temos o transporte escolar (ônibus Caminho da Escola do Governo Federal) para transportar os estudantes para a escola mais próxima.

Sobre lazer, o esporte preferido dos alunos é futebol, montaria, pescas como também ver TV, ouvir uma música, dançar e outros. Devido à falta atividades prazerosas no cotidiano das comunidades, os próprios cidadãos Anguerenses organizam as montarias, cavalgadas, torneios de futebol e outros esportes. Em contra partida, os problemas sociais mais frequentes nas comunidades é o alcoolismos,

drogas e a falta de emprego, ou seja, a maioria das pessoas não tem formação para assumir as vagas disponibilizadas no mercado do trabalho. A população local, até então passiva, começou a modificar sua postura de cidadão, participando, ainda que timidamente do processo educacional de seus filhos, a partir da adoção da gestão democrática.

Partindo desta ideia, a gestão atual das escolas do Núcleo C é democrática e tem estimulado a participação, através do diálogo individual e coletivo, dando exemplos de atitudes e ações democráticas. No entanto, uma participação tímida não é suficiente para garantir a prática de tal gestão. A educação é essencial para a vida do ser humano, por isto, a comunidade deve ser atuante para descobrir as situações e problemas que dificultam o avanço no desenvolvimento do educando e colaborar para diminuir ou sanar tais dificuldades.

## **1.2 Linha do Tempo: História Institucional**

Resgatar em partes a identidade das instituições escolares, também foi um resgate histórico da cultura, da vida de pessoas que pertencem à comunidade onde as escolas estão localizadas. Com isso, podemos entender os fatos atuais e ter base para construção novos conhecimentos. Assim, apresentamos a história das unidades escolares do Núcleo Regionalizados C.

Inicialmente no ano de 1986 segundo relatos do ex- aluno (Daniel Borges), funcionários e populares, iniciaram o processo de ensino-aprendizagem na residência do senhor Raimundo Boaventura Costa. Devido à distância em relação à área urbana do município de Anguera, a maioria das crianças ficava sem iniciar os seus estudos no tempo ideal, pois as pessoas não tinham condições de deslocar-se até a escola na sede ou para escola mais próxima. Posteriormente foi construído o Prédio Escolar Felipe dos Santos Costa localizado na Fazenda Boa Esperança s/nº, Anguera – BA.

O Prédio Escolar Felipe dos Santos Costa foi fundada no mandato do Prefeito Armando Sofia Brandão no ano de 1987. Como outras tantas unidades escolares na zona rural, nasceu da necessidade de educar as muitas crianças que estavam em fase escolar e não tinham espaço formal para o aprendizado. Houve, por muito tempo, mobilização da comunidade para que fosse atendida com uma unidade escolar. Sensibilizado com a situação e sentindo-se na obrigação de contribuir para a educação

daquelas crianças, o senhor Raimundo Boaventura Costa resolveu doar o terreno para a prefeitura construir a escola.

O prefeito da época o senhor, Armando Sofia Brandão, com os recursos municipais construiu e nomeou com nome Escola Felipe dos Santos Costa para homenagear o pai doador do terreno e ofereceu a comunidade da Boa Esperança e seu entorno. A oportunidade de as pessoas ingressarem no processo de escolarização da alfabetização/Ensino Fundamental. A escola passou por reforma e ampliação de sala tais como: restauração do telhado, construção de uma nova sala de aula, forros de toda escola, pisos, instalação elétrica e de água, cimentação de uma parte do pátio, substituição por portas e janelas de vidro. Atualmente, a escola funciona nos turnos: matutino com as turmas da Educação Infantil e creche grupo 02,03, 04 e 05 e no vespertino com a turma do 3º ano do Ensino Fundamental.

O Prédio Escolar Bernardino Rosário da Silva localizado na Fazenda Genipapo s/nº, Anguera – BA, foi fundado no mandato do Prefeito José Wood Mendes Vieira, em março de 1981, recebendo este nome homenageando o pai do doador do terreno o Sr. Sisinio da Santa Cruz Silva. Iniciou suas atividades funcionando com 01 sala de aula, o curso de Alfabetização e Fundamental de 1ª a 4ª série. A escola era um anseio da comunidade, já que na região não havia escola e, devido esta falta, dona Filomena da Santa Cruz Silva, moradora até hoje na região, concedeu o espaço e ministrava aulas em sua residência. No entanto, o local não estava sendo mais suficiente para suprir à demanda, havendo necessidade de construção da escola para atender à comunidade local.

Atualmente o Prédio Escolar Bernardino Rosário da Silva funciona nos turnos: matutino com a turma multisseriada da Educação Infantil, vespertino e noturno com as turmas do EJA. Atualmente, a escola passou por melhoria na sua estrutura com: forro da sala de aula, construção de uma nova cisterna, além da reconstrução do muro em seu entorno.

O Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus localizado na Fazenda Tapera, no Contorno de Bonfim. Na época a comunidade desejava uma instituição de ensino para que os filhos pudessem participar das aulas sem ter que se deslocarem para outra escola que era distante e isso causavam bastante falta de estímulo e baixa frequência das crianças por conta da dificuldade de transporte.

Segundo o Sr Orlando Correia dos Santos, lavrador, morador da fazenda Tapera do Município de Anguera, relatou que em 4 de março do ano de 1989 o Prefeito da época Cornélio Boaventura de Lima, comprou o terreno do morador Armando Santana Ramos e ainda na gestão vigente foi inaugurado o Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus, que recebeu este nome em homenagem ao pai do prefeito. A escola passou por reforma onde foi construído: um almoxarifado, cobertura de uma área que fica no fundo, construção de dois banheiros, forro das dependências da escola, substituição das portas da sala e troca de piso de toda escola. E atualmente, a escola funciona nos turnos: matutino com as turmas do 1º e 2º ano e vespertino com as turmas do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.

### **1.3 Avaliação Institucional**

Em todos os estados brasileiros e municípios a avaliação institucional precisa ser realizada, visto que, a mesma é um instrumento o qual busca mostrar como os processos educacionais estão sendo construídos em todas as instâncias, sempre buscando uma visão global de como a educação se desenvolve desde a perspectiva nacional até os municípios.

A avaliação institucional é um instrumento fundamental para o entendimento de como a educação acontece numa perspectiva de longa e de larga abrangência. O objetivo da avaliação de larga escala é o direcionamento para organizar as ações e medidas através dos instrumentos de avaliação feitas para melhorar o processo de tomada de decisão, visando o desenvolvimento de mecanismos que venham potencializar a educação ofertada.

Neste sentido, não basta avaliar somente o sistema de ensino, mas também a escola, pois os resultados da avaliação de larga escala devem ser compreendidos, analisados e utilizados pelas instituições escolares para construir ações, aliado ao planejamento, almejando sanar ou diminuir os aspectos notados no diagnóstico que evidenciem as lacunas no funcionamento da unidade educativa.

Sendo assim, a avaliação institucional é o mecanismo avaliativo que ocorre no âmbito das instituições, podendo ocorrer tanto em uma dimensão externa quanto interna, ou seja, se compreendem a avaliação externa, os elementos externos que estão fora da escola; avaliação interna é aquele que está dentro da escola, toda

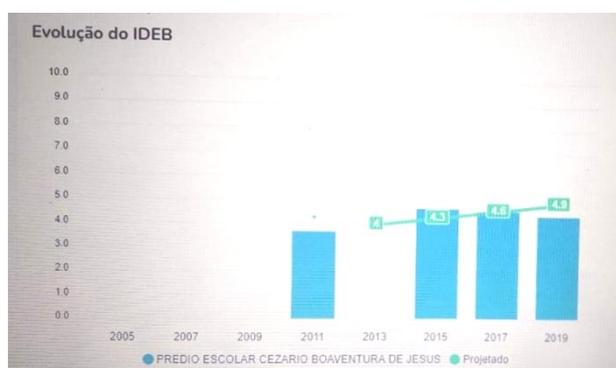
comunidade escolar com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, institucional, fazer auto-avaliação.

Logo, este é o momento de entender e analisar como a instituição escolar faz a educação, o trabalho que ela pretende desenvolver, bem como aquilo que pretende alcançar, possibilitando a gestão da escola e a todos os colaboradores o planejar de novos objetivos, não somente na perspectiva presente, mas também futura, mostrando qual a escola que se pretende construir.

Uma função primordial do sistema de organização e gestão dos sistemas escolares e das escolas. Essa avaliação, também chamada de administrativa, visa à obtenção de dados quantitativos e qualitativos sobre os alunos, professores, a estrutura organizacional, os recursos físicos e materiais, as práticas de gestão, a produtividade dos alunos e dos professores.

Nessa perspectiva, a escola aplica o diagnóstico inicial buscando dados, pontos positivos e negativos e o projeto político pedagógico, que é um instrumento que organiza a escola em todas as suas dimensões também precisa ser avaliado e aliado a avaliação institucional para planejar ações em cima das dificuldades na tentativa de sanar ou minimizar estes resultados encontrados e avançar no ensino-aprendizagem das crianças.

Neste sentido, o Ideb um condutor de política pública que busca melhorar a qualidade da educação. Ele é um recurso que auxilia no monitoramento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica. O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (SEB) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Segue o Ideb do Prédio Escolar Cezário Boaventura Jesus no ano 2019.



Fonte :[novo.qedu.org.br/municipio/2901502-anguera](https://novo.qedu.org.br/municipio/2901502-anguera)<https://novo.qedu.org.br/escola/29090075-predio-escolar-cezario-boaventura-de-jesus/idebb>

## **2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**

### **2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura;**

Ser humano é um sujeito ativo, dotado de conhecimentos que precisa ser estimulado para ter consciência da sua potencialidade e se perceber como sujeito capaz de transformar a si próprio e o meio em que está inserido e conseqüentemente a sociedade. Neste sentido, o processo educacional oferecido pelas nossas escolas deve ser pautado no desenvolvimento do aluno nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, com estratégias que venham desenvolver competências, habilidades, valores e atitudes, ou seja, capacidade de aplicar tais conhecimentos na prática diária no aluno.

Compreendemos a **sociedade e cultura** como um conjunto de indivíduos que convivem em determinado espaço, que partilham valores culturais e éticos e obedecem ao mesmo regime político e econômico.

Por isto, a concepção de cultura para as escolas do Núcleo C, é buscar a cada dia mobilizar a comunidade escolar para a valorização deste modelo comportamental, que apresentam um conjunto de saberes, crenças e costumes das pessoas que vivem nas comunidades onde as nossas escolas estão inseridas, e que estes são transmitidos através da comunicação ou reprodução de geração em geração. Logo a (re) construção do PPP assim com os documentos DCRM E DCRB, devem ter as concepções elencadas sobre os desejos que a comunidade escolar almeja alcançar.

Por conseguinte, o processo de ensino-aprendizagem deve ser através do diálogo, questionamento, respeito entre as pessoas, o aluno além de conhecer, discutir os conteúdos deve compreender quais são suas responsabilidades, direitos e deveres e também precisa desenvolver a autonomia para executá-los, é assim que ele se torna cidadão.

A inserção do aluno na escola deve contribuir para a vida em sociedade, pois a educação colabora na construção de um país mais humanizado onde tem espaço para todos se desenvolverem de forma global.

### **2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino.**

A Educação Integral compreende uma educação humanizadora que deve garantir o desenvolvimento do estudante na sua totalidade, tanto o seu intelectual,

físico, emocional, social e cultural. É preciso desenvolver projetos que contemplem as necessidades do alunado com propostas articulada ao processo educativo contextualizado e a pretensão incessante do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração a realidade do aluno.

Neste sentido, as escolas do Núcleo C, precisa ser um lugar que explore as experiências educacionais dentro e fora dos muros da escola, a partir de um planejamento claro que contribua para facilitar o processo de crescimento do aluno com relação a sua aprendizagem, o seu desenvolvimento global. É de fundamental importância ter um olhar sensível à realidade do aluno do campo, que geralmente tem uma educação urbanizada, é necessário oportunizar esse público com projetos que valorize a cultura, o pertencer, a sua identidade. Libâneo ( 2005, p. 117 ) afirma que:

*A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender mais.*

Para tanto, esperamos que a nossa escola, que intenta a socialização do ser e dos conhecimentos construídos historicamente e para a construção de novos saberes, possa, por meio da sua comunidade escolar (professor, gestor, coordenador, colaboradores, pais e alunos), valorizar a identidade do aluno do campo e ampliar os conhecimentos destes, porque muitas vezes nós somos o primeiro a querer tira-los do campo.

Desse modo, a prática educativa, o currículo, os recursos deve ser constantemente avaliados e reorientados para suprir as necessidades de aprendizagens do desenvolvimento do estudante. Diante disso, os professores precisam ter variedade de conhecimentos das múltiplas formas com qual o aluno melhor aprendem partindo do seu contexto de vivência, adequar os conteúdos com a realidade dos alunos, o ensino-aprendizagem deve ajudar a construir a cidadania dos mesmos.

Logo, buscamos centralidade do aluno no processo de ensino-aprendizagem, enquanto o professor deve ser responsável em fazer a mediação, mostrando o caminho da construção do conhecimento, ou seja, o professor auxilia, facilita o processo educacional e, estes saberes precisam se desenvolver a partir da

curiosidade do estudante. Por isto as nossas escolas trabalham com as três principais concepções de correntes pedagógicas:

**Histórico-Crítica** – procuramos confrontar os conteúdos com as realidades sociais, valorizando o conhecimento histórico que é indispensável para compreender as condições do processo educacional atual e projetar uma prática diferenciada, com clareza de onde estamos e para onde queremos chegar. Preparando o aluno para participar da sociedade como ser operante no contexto social de forma construtiva.

**Sócio-Interacionista** - acreditamos que o desenvolvimento cognitivo se dá através da interação social, troca de experiência e ideias, utilizando estratégias que estimule o aluno a tornar-se independente, a escola um espaço de diálogo, socialização e a construção de novos saberes por meio da mediação do professor.

**Crítico-Social** - favorece a construção de consciência crítica, confrontando o conteúdo escolar a realidade do aluno, visando à transformação do indivíduo e conseqüentemente da sociedade. Nossas escolas buscam valorizar as vivências dos alunos trabalhando com assuntos ligados a realidade, orientandos através das trocas culturais, fazendo análises dos conteúdos em confronto com a realidade social.

### **2.3 Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho**

A ciência busca entender a respeito dos fenômenos que ocorrem na natureza. A tecnologia é uma atividade prática, ou seja, um método, instrumento ou processo que ajuda a alcançar um objetivo. Segundo Valle, (2004, p. 7): A ciência é uma construção humana coletiva da qual participam a imaginação, a intuição e a emoção.

Logo, o professor deve ser um eterno pesquisador, para buscar meios de inovar o ensino, promovendo e incentivando ao aluno o ato da pesquisa, hábitos de leituras, evitando ensino de memorização. Para isso, a escola deve inserir a tecnologia digital como aliada no processo ensino-aprendizagem, porém para que isso seja estabelecido dentro das nossas escolas do Núcleo Regionalizado C, é necessário que existam políticas públicas voltadas para a disponibilização de recursos tecnológicos. Pois com a ajuda de tais recursos teremos meios para alinhar ciência, tecnologia e o trabalho na vida do nosso educando.

Tecnologia é algo atual e está no nosso cotidiano cada vez mais frequente, porém têm influenciando diretamente na nossa vida física, trazendo consequências danosas tanto para o corpo quanto para a mente. É preciso ter cuidado para que tudo seja feito com equilíbrio e moderação, muitas são as vantagens, mas também há muitos malefícios que precisamos estar atentos, dependendo a forma de usarmos. Alguns estudos já demonstram que essa nova geração há um aumento do sedentarismo devido a estar preso ao mundo virtual, levando a uma redução significativa na socialização, e como consequência há uma preferência nítida na comunicação em rede do que no presencial.

Visando amenizar o aumento do sedentarismo, as escolas do núcleo C devem intensificar o trabalho levando o aluno a socializar com os outros. Isso poderá ocorrer através de dinâmicas de interação, para que eles tenham o equilíbrio entre o mundo virtual e a vida real e trazendo o brincar como ato indispensável nas suas vivências.

Nesta busca, as nossas escolas compreendem as várias ciências, e valoriza os saberes inatos que os estudantes vivenciam no campo, porém ainda de forma tímida. Mas, visando potencializar a nossa realidade, os profissionais, em especial o professor, precisa ser pesquisador. Na sua prática pedagógica mediando aulas com experimentos, através da observação, exploração de conhecimentos existentes no cotidiano da comunidade onde os alunos estão inseridos, valorizando a cultura, os saberes populares, ensinando e aprendendo o pensamento científico nas várias áreas do conhecimento.

Devemos utilizar a tecnologia para aperfeiçoar o processo de aprendizagem utilizando ferramentas, por exemplo, a sala de aula invertida onde o professor faz uma mesclagem entre o trabalho físico presencial em sala com o trabalho virtual, o aluno pode chegar à sala já com o contato feito com aquele conteúdo no ambiente virtual.

Neste sentido, as tecnologias potencializam de forma eficaz o processo de ensino-aprendizagem, é uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento e a assimilação dos conteúdos, além de facilitar a pesquisa, que pode acontecer de forma mais prazerosa e dinâmica. Porém, se o professor não tiver um bom planejamento aliado ao contexto e as necessidades do aluno, pode

ser um problema na sala de aula, pois não basta ter a tecnologia é preciso saber utilizar.

O trabalho tem significado relevante na vida das pessoas, cabendo à escola exercer o seu papel no processo de formação profissional e da vida social do estudante. A LDB 9394/96 estabelece que a educação escolar deva veicular-se ao mundo do trabalho e a prática social, visando ao pleno desenvolvimento do educando seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse contexto não cabe apenas à escola transmitir conhecimento, mas de preparar indivíduos na expectativa para a vida adulta, levando sempre em consideração as competências socioemocionais.

As escolas devem garantir no currículo além do objeto do conhecimento que está estabelecida como norteadores das ações pedagógicas, também devem englobar ética e valores, levando em conta a comunidade e as particularidades. E devemos desenvolver projetos de valorização das práticas do campo, como cultura, tradições, mundo do trabalho, oralidade, estética, respeito ao ambiente e a memória. Neste contexto, as ciências, tecnologia e mundo do trabalho dialogam entre si e juntos podem promover a melhoria do espaço físico social, educacional entre outros.

## **2.4 Concepção de Currículo**

O currículo escolar é o grande norteador de todo o processo educacional de uma escola, ele organiza e orienta as ações dos professores em diferentes níveis de ensino, pois a aprendizagem escolar está intrinsecamente vinculada ao currículo. Segundo Arroyo, o currículo pode ser o campo do diálogo pedagógico entre o que se deve aprender e ensinar, sempre considerando a socialização e a formação de pessoas tão diferentes (**ARROYO**, 2007).

Além disso, acreditamos que o currículo deve considerar os valores que orientam a prática pedagógica, as necessidades e condições dos estudantes, o cotidiano escolar. Ademais, ensinar os valores no âmbito do desenvolvimento moral dos educandos (autonomia, capacidade de convivência, diálogo, dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, justiça, participação social, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), através da seleção dos objetos de conhecimentos e metodologias que favoreçam a inserção dos temas integradores

na sala de aula. Assim usamos a estratégia da realização de projetos interdisciplinares, que irão refletir para além da escola.

Neste contexto o ensino, a aprendizagem e a avaliação são caminhos a serem percorridos de forma planejados e embasados na BNCC(2018), DCRB (2019), DCRM (2022), levando em consideração as particularidades dos educados; os saberes garantidos no processo de aprendizagem devem considerar experiências e conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico e tecnológico do aluno, por isto, o currículo envolve os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos. Toda a aprendizagem escolar é um caminho a ser traçado e encontra-se diretamente ligada ao currículo.

Portanto, o desenvolvimento do currículo nas escolas deve está aliado ao processo de construção da identidade dos estudantes e às dimensões da vida cidadã como: saúde, sexualidade, trabalho, ciência e tecnologia, linguagens, respeito aos direitos humanos, aos valores democráticos e ao meio ambiente, as atividades artísticas e culturais organizados de tal modo que possa garantir a integração das áreas do conhecimento.

#### **2.4.1 Fundamentos do Currículo**

O contexto educacional curricular é necessário para compreendermos o avanço do pensamento pedagógico nacional e a influência deste nas estratégias docente. Para isso, é indispensável recorrermos à origem e a história do currículo e suas questões atualizadas.

Para Silva (1996, p. 23):

*O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. "O currículo corporifica relações.*

Currículo é um campo transposto de ideologias culturais e vinculações de poder e é importante no resultado educacional que se deseja alcançar. Pode se considerar o currículo como um referencial a realidade histórica, cultural e socialmente que se reflete em estratégias didáticas importantíssimas para o bom desenvolvimento do ensino aprendizagem. Ele tem muita influência na qualidade

da educação e na formação de professores e alunos, onde ambos recebem direcionamentos nos caminhos a seguir.

De acordo com Sacristán(2000 p.36), a definição de currículo se apresenta da seguinte forma:

*Um projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada.*

Dessa forma, vale salientar que o currículo reúne conteúdos culturais que devem fazer parte do projeto educativo desejado e proposto pela escola, para atender as necessidades dos educando, porém, ultrapassa a seleção de conteúdos. Contudo vale salientar sua realização é possível se estiver de acordo com as condições políticas e administrativas da instituição

#### **2.4.2 Princípios do Currículo**

O currículo escolar é o grande norteador de todo o processo educacional de uma escola. Organizado com o objetivo de orientar as ações dos professores e os diferentes níveis de ensino, por isso a aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo. O mesmo deve considerar os valores que orientam a prática pedagógica, as necessidades e condições dos estudantes e, claro, o cotidiano escolar.

Ensinando valores no âmbito do desenvolvimento moral dos educandos(autonomia, capacidade de convivência, diálogo, dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, justiça, participação social, respeito mútuo, solidariedade e tolerância). O ensino, a aprendizagem e a avaliação são caminhos a serem percorridos de forma planejadas e baseadas na BNCC, DCRB, DCRM, levando em consideração a realidade dos sujeitos.

Para Freire(2001, p. 65):

*A integralidade do ser humano pressupõe considerá-lo nas suas mais variadas dimensões o que resultará num processo educativo, levando os sujeitos que compõe o sistema educacional, a necessidade de defender a resistência, a luta ética do mercado por uma ética de vida, da dignidade e da felicidade humana e assim conseguindo desenvolver o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.*

Segundo o autor integralidade é uma condição humana, da qual defende uma educação transformadora que prepare o indivíduo não apenas para o mercado de trabalho mais para todos os aspectos que possam contemplar o

desenvolvimento integral do estudante. Lembrando que o currículo escolar não é estático, portanto, ele continua sendo construído ao longo do período letivo.

## **2.5. Concepção de Gestão Democrática**

Antes de citar considerações sobre o tema em questão, é pertinente refletirmos sobre o significado das palavras que compõem o termo Gestão. Vem do verbo latino *gerere*, ou seja, fazer, exercer, administrar. Em qualquer estabelecimento, seja ele privado ou público, entidade ou empresa, assim como nas instituições escolares, precisam de gerenciamento, de administração.

Gestão democrática significa gerenciar, administrar com uma concepção inovadora que exclui uma estrutura autoritária e passa a estimular o trabalho coletivo. E o conselho escolar pode viabilizar esta construção, pois ele representa a voz de todos os segmentos escolares e, quando o conselho é atuante, estimula a descentralização do poder, ou seja, o poder não fica nas mãos de uns poucos e sim de todos e, esse todo deve agir com liberdade, porém com responsabilidade, trilhando caminhos que possam melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem.

Neste sentido, a gestão das escolas pertencente ao Núcleo C, busca desenvolver na comunidade escolar a consciência coletiva, despir-se dos seus sentimentos individualistas e construir a coletividade, com um conselho mais atuante que contribua efetivamente com a gestão para garantir uma educação mais humanizada e significativa. Lück(2005, p.17) afirma:

*O conceito de gestão está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por uma vontade coletiva.*

Segundo o autor gestão democrática, é um processo que exige esforços coletivos e organizados, que visa o bem comum de um todo e o gestor escolar precisa ter uma visão de administrador que busca incentivar a participação. Neste contexto, a gestão das nossas escolas alinha-se ao conceito de gestão democrática, pois incentiva a participação, a descentralização do poder, a construção da autonomia e a responsabilidade da comunidade e do conselho escolar no processo educacional oferecido pelas unidades escolares.

Procuramos argumentar e demonstrar que para construir uma gestão eficaz, todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem das nossas escolas

precisam conhecer e praticar os princípios de uma gestão participativa, pois a gestão democrática tem sua realização quando articula a participação efetiva dos colaboradores que se fazem presentes na instituição escolar. Com o intuito de abranger a participação efetiva da nossa comunidade escolar utilizamos como estratégia os preceitos da LDB, mais especificamente na Lei n 9.994/96 no art. 14º em seus incisos I e II que estabelecem o seguinte:

*I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*

*II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.*

Buscando essa efetiva participação, as nossas escolas constantemente mobiliza-se para a construção de posturas democráticas, tanto no ambiente escolar, como extramuros. Acreditamos que quando a comunidade escolar participa, ela se envolve mais a cada dia no processo e busca contribuir para oferecer ao público um ambiente acolhedor, com atitudes de respeito, ativo nas discussões e decisões, construindo a consciência coletiva e é ciente da importância do seu papel neste movimento; percebem que caminhar juntos, é a melhor maneira para solucionar os problemas que surgem e geram novas alternativas.

É neste entendimento que as nossas escolas vêm trilhando caminhos para construir e oferecer uma educação de qualidade, contribuindo na formação integral do ser humano, e obtermos uma sociedade mais justa para todos. Freire (1995, p.91):

*É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá- los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade.*

Então, neste caminho para uma gestão mais democrática, que utilizamos pesquisa-ação, em rodas de conversas com (direção, coordenação, professores, funcionários de apoio educacional, membros do conselho escolar e comunidade local), para oportunizar o entendimento em relação a gestão democrática, com o objetivo de romper com posturas ainda nos dias atuais acanhadas, em uma participação atuante e fortificada..

Portanto, compreendemos que através dos estudos, é que descobriremos a maneira mais eficaz para construir as identidades das nossas escolas e que o PPP visa antes de tudo, à construção de uma autonomia, a qual é formada e dialogada

pela/na escola. Quando colocado em prática, este documento norteará todas as atividades no ambiente escolar, dando suporte para podermos visualizar uma gestão participativa através da autonomia que deve permanecer integrada ao sistema educacional mais amplo do qual se faz parte.

## **2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica**

### **2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico.**

A pesquisa com a pretensão pedagógica exige que professor seja pesquisador, para mediar os alunos no processo do saber pesquisar e aprender, e a partir daí converter o conhecimento científico, reassignificando-os segundo o seu interesse, produzindo e aplicando-os, como também, socializando os saberes apreendidos. A aprendizagem deve ser construída com seu próprio empenho e operar as searas. Para Demo:

*“[...] Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso, o ensino é a razão da pesquisa. O importante é compreender que sem pesquisa não há ensino. A ausência da pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa”. (DEMO, 2006, p.50).*

Visto que, as pesquisas são questionamentos recorrentes, toda pesquisa parte de uma pergunta, não é um simples jogo de perguntas e respostas, durante a busca pelas respostas surgem outras perguntas e assim vão gerando uma série de outras indagações que fomentarão a formulação de saberes.

O papel do professor na pesquisa como princípio educativo nas escolas deve ser de orientador, acompanhando e avaliando o processo. O professor precisa ter um olhar atento sobre a pesquisa, refletir sobre suas ações dentro da sala de aula e planejar a mediação. Visto que a construção dos argumentos leva o aluno a repensar o porquê toda a pesquisa parte de uma pergunta e a resposta pode ser um questionamento (re) construtivo e o professor deve estar preparado para mediar e intervir quando for necessário.

Infelizmente, nossas escolas carecem de profissionais do ensino verdadeiramente comprometidos com o viés da pesquisa. Contudo, a partir do processo de elaboração do PPP (2022) observamos a relevância da inserção da pesquisa no ambiente educativo como gerador da qualidade do ensino e conseqüentemente da aprendizagem. Sendo assim, a gestão das nossas escolas do Núcleo Regionalizado C desenvolverá ações para fomentar a formação do

professor enquanto pesquisador, para que possam se perceber enquanto sujeitos formadores de opiniões e de saberes.

Compreendemos que independente do componente curricular, a pesquisa como princípio educativo exige que o aluno leia, interprete, colete dados, compare, construa os seus argumentos e assim o mesmo ampliará seu repertório bem como a forma de lidar com os objetos de conhecimento. Além disso, espera-se que os alunos tenham uma compreensão maior do contexto sócio-histórico no qual estão inseridos ampliando o modo de intervenção desse aluno na sociedade.

Portanto, deve valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, trazendo complexidade ao contexto. Dessa forma, que vamos fazer com que o estudante realmente aprenda, pretende-se que aja haja produção, reconstrução, pois nós aprendemos quando tem ação, caso não aja não há ação não haverá aprendizagem. Logo, faz-se necessário refletir sobre as ações que envolvem os princípios da pesquisa dentro espaço escolar, buscando ampliar a autonomia dos educados para que estes possam tornar-se sujeitos da sua própria aprendizagem.

### **2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo**

Entendemos que o trabalho como princípio educativo tem a finalidade de articular uma relação entre o trabalho e a educação, com o caráter formativo através de ações humanizadoras por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Visando atender futuramente as demandas socioeconômicas da sociedade partindo do contexto vivido pelo indivíduo.

As nossas escolas do Núcleo Regionalizado C buscam promover o desenvolvimento através de atividades. Objetivando preparar o aluno para tomada de decisões, através de ações planejadas que impulsionam o desenvolvimento educativo integral do educando em todas as dimensões, intelectuais, físicas, emocionais, sociais e culturais, preparando-os para o exercício da cidadania e imersão no mercado de trabalho.

No que se refere ao percurso formativo, torna-se necessário à formação de professores para que estes venham contribuir de forma satisfatória na construção do projeto de vida despertando no educando uma visão de futuro necessária para orientá-lo no caminho que querem seguir, pois a cidadania deve ser construída por meio de ações conjuntas entre professores e alunos.

### **2.6.3. O Respeito à Diversidade**

No contexto social, a diversidade é a convivência de diferentes pessoas em relação à etnia, cultura, gênero etc., em um mesmo local. Portanto, as nossas escolas buscam através de um movimento educativo e respeitoso trabalhar a diversidade no ambiente escolar e fora dele. Buscamos desde a pré-escola, dialogar sobre como somos diferentes e a importância de respeitar e valorizar as diferenças de forma proveitosa para nos conhecermos melhor e ter uma convivência mais harmoniosa.

Neste sentido, a Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Esta lei vem fortalecer o respeito à diversidade a partir do momento em que as instituições escolares têm a possibilidade de levar os alunos a conhecer, reconhecer e refletir a formação do povo brasileiro e sua importância na construção do país e para o mundo.

Sendo assim, os professores devem despertar no aluno o sentimento de valorização, empatia, respeito às diferenças físicas e culturais, mostrando que não existe uma pessoa melhor do que outra, mais que somos diferentes, porém todos precisam ser respeitados igualmente.

Infelizmente, dentro do processo educacional alguns profissionais ainda atuam de forma exclusiva e isso influencia negativamente no trabalho educativo. Logo, as nossas escolas reconhecem e procuram exaltar e desenvolver um trabalho direcionado para construção de conhecimento sobre o que é a diversidade e sua importância, para que o aluno seja multiplicador no contexto social. O aluno aprende e valoriza o que é ensinado dentro do ambiente escolar, sendo capaz de reproduzir o que foi aprendido na sociedade.

## **3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

### **3.1. O Planejamento Pedagógico**

Entendemos o planejamento escolar como um conjunto de ações planejadas e coordenadas do docente, com a finalidade de articular as atividades escolares ao longo do ano. Sendo que, as esferas da sociedade é um espaço de coletividade,

onde são exercidos direitos e deveres, e a escola como um ambiente de formação de cidadão, cujo ensino deve desenvolver criticamente a pluralidade das percepções de mundo do aluno, é importante que a concepção do planejamento escolar defenda uma formação integral, crítica, criativa, ecológica, ética, moral, intelectual e cultural, através de ações participativas e um ambiente escolar mais prazeroso e comprometido com essa formação do cidadão.

Neste viés as nossas escolas se organizam articulando nas áreas de conhecimento e componente curricular dentro das etapas e modalidades de ensino, considerando o tempo de aprendizado do aluno, planejando ação formacional, utilizando informações e reflexões sobre o público que a instituição atende que é o **aluno do campo**.

. Para potencializar esta formação integral do aluno utilizamos os instrumentos como o conhecimento da realidade do aluno; o objeto de conhecimento factual, conceitual, procedimental e atitudinal; a metodologia é baseada no diálogo, nas ações participativas regadas no ato da pesquisa com princípio pedagógica, o uso dos recursos para facilitar o entendimento e a avaliação para acompanhar e verificar se os objetivos planejados estão sendo desenvolvidos, conquistados.

O planejamento está relacionado à própria ação, formular estratégia, organizar as ações e transformar em um documento. Logo, passa a ser um plano, ele apresenta as ideias, a organização tudo escrito de forma sistemática; ele é um guia que facilita a vida do professor deve ser flexível e ser desenvolvido de forma organizada, clara e objetiva, para não somente o professor que tem acesso entenda, mais para todos que tiverem acesso a esse documento.

Logo, todas as atividades, ações, objetivos, metas estratégias e objeto de conhecimento, devem estar organizados, mas nem tudo o que se planeja consegue ser realizado. Por isso o planejamento não deve ser algo engessado, ele deve apresentar uma sequência com coerência, flexibilidade com objetividade para contemplar as necessidades dos alunos e evita a improvisação e a rotina cansativa.

O planejamento pedagógico tem o poder de tornar a aula atrativa, o professor conhecedor dos seus participantes, do seu ambiente, do que ele está

trabalhando, facilitando o processo de ensino tornando mais atraente e deixar o professor seguro do trabalho.

As nossas escolas utilizam pouco as tecnologias por causa da limitação /dificuldade em utilizar as tecnologias da comunicação e informação pela falta de estrutura física (laboratório de informática), pouco instrumentos tecnológicos. Porém utilizamos o que temos para integrar e enriquecer o planejamento, tendo como referência as diversas áreas de conhecimentos trabalhando de forma interdisciplinar, estimulado o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e tendo uma visão mais ampla de conhecimento de mundo, com o objetivo de potencializar as aprendizagens do aluno.

O uso das tecnologias deve ser um instrumento aliado ao planejamento do professor auxiliando na aquisição de desenvolvimentos de habilidades propostas no DCRM voltado para o desenvolvimento da leitura, escrita do aluno, respeitando e valorizando as pluralidades dos sujeitos em suas diversidades, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a comunidade escolar e também da sociedade.

Portanto, a escola é um ambiente de aprendizagem das regras do espaço público, dos direitos humanos, noções de cidadania, tolerância e respeito à igualdade e sobretudo das diferenças, através não só dos discursos, mas de forma indispensável, nas atitudes do dia a dia. O planejamento participativo é que permita que todos os participantes tenham responsabilidade, participem das ações e colaborem no processo educacional da instituição melhorando a qualidade do ensino oferecido.

### **3.2. A Avaliação para a Aprendizagem**

De acordo com Castilhos (2000) a avaliação no processo de ensino e de aprendizagem se constitui como processo educativo em que predomina a avaliação qualitativa marcada pela interação professor-aluno e alunos-alunos com a natureza do conhecimento a construir e reconstruir. É marcante nesta ótica de avaliar a participação do aluno é também avaliar o planejamento, a prática docente, o todo, e ter atitude diante dos aspectos notados no diagnóstico.

Aliado a esta visão, o processo avaliativo das nossas escolas é processual e visa uma atuação precisa, com o objetivo de alcançar o sucesso do aluno. O

processo avaliativo precisa ser formativo e contínuo e os resultados da avaliação escolar devem ser utilizados como um ponto de reflexão do professor, do aluno e da instituição escolar, no sentido de adequar a cada etapa da Educação Básica conforme os objetivos de aprendizagens propostos na BNCC, DCRB E DCRM.

Buscando a partir dos resultados da avaliação planejar novas estratégias que desafiem o aluno para a recuperação das suas aprendizagens. O professor, que deve ser mediador do processo, (re) planeja ações que de fato ajude o educando a sanar as dificuldades e desenvolver as aprendizagens.

Além disso, é um desafio para as nossas instituições escolares que compõem o Núcleo C promover uma Educação Básica igualitária. Educação essa que instrua o ser humano associado a uma avaliação que assegura a integralidade do alunado, pois o ato de avaliar é entendido como um processo contínuo, o qual precisa ser garantido pelo direito de aprender e não de medir ou limitar essa aprendizagem.

Portanto, no sentido de valorizar as especificidades e experiências de todas as crianças da Educação Infantil, de modo a acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento a Rede Municipal de Ensino de Anguera estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito desta etapa:

**Registros diários:** Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter as memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

**Avaliação diagnóstica:** Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também

possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- ✓ Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- ✓ Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- ✓ Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- ✓ Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático

(Pré-escola - grupos 04 e 05)

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre todas as escolas de educação infantil da Rede realizarão um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”. Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

**Portfólio:** Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43). Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil da Rede destacaremos os seguintes:

- ✓ **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos.

- ✓ **Portfólio demonstrativo:** Esse modelo contempla as atividades mais significativas e que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo, constando os registros mais relevantes das observações relacionadas as imagens que revelem a aprendizagem da criança nas propostas selecionadas. Este portfólio poderá ser entregue as famílias no plantão pedagógico no final do ano letivo.

Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

**Relatório individual:** Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado. O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

Assim, entende-se que a avaliação da Educação Infantil do Município de Anguera deve ser contínua, investigativa e cuidadosa, com informações que apresentem a trajetória da criança, respeitando suas diversidades e especificidades.

Como também, no 1º ano do Ensino Fundamental a avaliação da criança feita através de relatórios descritivos, com menções que abordam os níveis de desenvolvimento da alfabetização, na tendência de cada componente curricular. Para o 2º ano, quanto à expectativa é consolidar o Ciclo da Alfabetização, dar-se início à avaliação de forma sistêmica, porém sendo processual durante o tempo formativo (DCRM p. 113).

Os tipos de avaliação dos alunos do 2º ao 5º ano serão diagnóstica, formativa e somativa, sendo realizadas em três etapas letivas e os resultados das

avaliações serão utilizados para o replanejamento de ações pela comunidade escolar, contribuindo não apenas no seu desenvolvimento cognitivo como também no ser humano em sua totalidade.

A avaliação **diagnóstica** será feita no início do ano letivo e no decorrer do processo educacional, importante para direcionar o planejamento de ações específicas com objetivo de avançar e recuperar as aprendizagens dos estudantes. Vasconcellos (2000, p. 190), o diagnóstico é, “[...] antes de tudo, um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades.”

Outro tipo de avaliação que utilizamos é a **formativa**, onde o professor avalia não só a nota no final do processo, mas todo o processo educacional desenvolvido como aluno buscando diagnosticar avanços e dificuldades de aprendizagens para (re) planejar suas práticas pedagógicas. Além disso, o estudante deve ser estimulado pelo professor a se autoavaliar, reconhecer suas dificuldades e aceitar a mediação do docente para avançar na aprendizagem.

A avaliação **somativa** deve ter objetivo de qualificar o nosso aluno ao final da etapa, semestre ou ano letivo, a aprovação se processa por nota, ou seja, o rendimento alcançado a partir de uma avaliação (prova/teste). Neste tipo de avaliação é importante levar em consideração não apenas o rendimento individual, mas também pelo grupo, visto que, se determinada habilidade não foi desenvolvida pela maioria é sinal de que a aprendizagem não foi alcançada e o professor precisa rever o planejamento e traçar estratégias para avançar na aprendizagem do estudante.

### 3.3. Os Temas Integradores

Os temas integradores perpassam objetivos de aprendizagem de diversos componentes curriculares. São facilitadores da aprendizagem, pois valoriza as vivências dos educandos em suas respectivas realidades, relacionando-se ainda com os objetivos descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo Ramos (2012) os Temas Integradores pode contribuir no processo formativo dos alunos da seguinte forma:

*Possibilitar as pessoas compreender e materialidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva, os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento*

*competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem. (RAMOS, 2012, p.115).*

Sendo assim, em nossas escolas os temas integradores são trabalhados dentro do plano de ensino, promovendo aos alunos a reflexão e o diálogo sobre os diversos conhecimentos, contribuindo com a aprendizagem, a vivência do aluno e estimulando a formação de cidadãos conscientes, críticos que usufruam e contribuam para uma sociedade melhor. Além disso, devemos ter a compreensão que os Temas Integradores não se dão apenas no currículo do Ensino Fundamental, mas desde a Educação Infantil e deve ocorrer em todas as modalidades de ensino nas diferentes etapas, a exemplo, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Especial, e as demais.

**Educação em Direitos Humanos:** As escolas do Núcleo Regionalizado C organizam metodologias e estratégias que promovam o acesso do estudante em atividades que preconizam os direitos humanos, com vistas a uma cultura universal do respeito às premissas individuais, coletivas, políticas e culturais. Articulando atividades educativas com os temas integradores que valorizem o tempo, espaço e oportunidades educativas, com olhar atento à inclusão de temas como direito de ir e vir, acesso à moradia, renda segurança, enfrentamento a preconceitos, relações desigualdade de gênero, etnia, sexualidade dentre outros.

Desse modo, os professores devem planejar atividades contemplando a educação em direitos humanos, sendo importante ter um diálogo aberto com os alunos a respeito do assunto, através de atividades bem contextualizadas integradas aos componentes curriculares e aos campos de experiências a partir das vivências dos alunos e os documentos que norteiam as práticas tanto pedagógicas quanto de asseguramento dos direitos das crianças e dos adolescentes a exemplo do ECA.

Neste sentido a gestão procura incentivar a comunidade escolar a ter acesso a esses documentos para saber mediar o processo de ensino-aprendizado assegurando o respeito às diferenças, além de levar os alunos a perceber e valorizar a grandeza e importância da diversidade que temos, através de práticas educativas que tratam sobre os direitos humanos, tais como: o diálogo, a empatia, resolução de conflitos e a cooperação. Sendo assim, temos como base primordial o

respeito ao próximo, oportunizando o desenvolvimento das competências sócio - emocionais garantidas na BNCC.

**Educação para a Diversidade:** Pensar em diversidade é falar das diferentes formas que existem na sociedade seja ela social, cultural, econômica, religiosa, racial dentre outras. E para compreender essas diferenças, a escola tem um papel importante na formação de cidadãos conscientes dessas diferenças, sendo capazes de agir e lutar no combate aos preconceitos existentes na sociedade. A diversidade identitária da comunidade deve ser valorizada, através de estratégias que venham a contribuir no ensino-aprendizagem para o respeito às diferenças entre as pessoas no ambiente escolar e na sociedade, e esse ensino deve ser ministrado desde a Educação Infantil.

As nossas escolas do Núcleo Regionalizado C devem abordar a educação para a diversidade a partir das vivências dos nossos alunos, o professor, uma vez que se comporta como um pesquisador precisa trabalhar em torno da origem do aluno, respeitando sua etnia, modo de falar (variante linguística). É através de debates, rodas de conversas, filmes infantis e desenhos animados educativos, que mediamos o aprendizado a ser construído, onde o aluno entenda que existem as diferenças e que os mesmos desenvolvam ou aperfeiçoem valores morais.

Dessa forma, a escola deve ser um espaço para todos, onde experimentam a diversidade na vida diária, usufruindo de forma a aprender novas habilidades e conceitos, fortalecendo a auto-estima e desenvolvendo valores, além de resgatar história e despertar uma visão crítica, que possa provocar o desenvolvimento como sociedade. Porém o professor precisa mediar este processo dialogando com os alunos sobre o respeito às diferenças linguísticas existentes, para que aja aprendizado, compreendido de forma positiva.

**Educação para o Trânsito:** As escolas do Núcleo Regionalizado C contribui com o desenvolvimento do indivíduo de forma plena, sendo assim, deve-se criar estratégias prazerosas e educativas, que levem o aluno a refletir sobre a prevenção de acidentes. A Educação para o Trânsito deve despertar no aluno questões diversas e conseqüentemente no seu seio familiar, onde ele se fará um agente multiplicador de informações, que ressoará no seu cotidiano e não somente no ambiente escolar.

Levamos o nosso alunado a amadurecer a consciência que o trânsito é para ser utilizado por todos com responsabilidade, sendo assim, estaremos respeitando a vida, o meio ambiente e levando em consideração três aspectos primordiais: conhecimento, prática e conscientização.

Logo, levar o aluno a construir conceitos e valores para a prática da cidadania, compreendendo o seu papel no espaço público como cidadão, através do trabalho educativo com maquetes, nestas são simuladas o trânsito das cidades, usamos as rodas de conversas para dar exemplos rotineiros de cuidados que devemos ter como pedestres, jogos da memória com cartões contendo diferentes tipos de veículos (carro, ônibus, bicicleta, carroça, moto...), trazemos as placas de trânsito (proibido estacionar, animais na pista, lombada, escola). Logo o ato de educar tem o poder de criar hábitos que podem transformar conhecimentos em ações.

### **Saúde na Escola**

As práticas pedagógicas devem desenvolver no aluno habilidades socioemocionais, para isto a comunidade escolar precisa se envolver e analisar essas práticas de ensino que possibilite a percepção do conhecimento como algo que é construído através do diálogo e das vivências.

A temática saúde na escola é importante ser trabalhado no dia a dia no ambiente escolar, seja de forma individual ou coletiva; trabalhando procedimentos e atitudes necessários para garantir uma vida mais saudável, levando sempre em consideração o conhecimento prévio do aluno. Este movimento precisa ser de forma interdisciplinar por meio de aspectos concretos, como por exemplo, a qualidade da merenda, a higiene das dependências, a própria higiene pessoal e outros.

Intenta-se intensificar trabalhos buscando fortalecer o diálogo entre as secretarias, para que esta parceria venha contribuir no movimento que a escola projeta na promoção da saúde. Para isto, precisamos ser pesquisadores, ter um olhar mais preciso e planejado em conjunto com as secretarias de Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar para colaborar em atividades educativas que leve o aluno e a comunidade escolar a desenvolver conhecimentos relacionado ao corpo e a mente tendo um olhar afetuoso e cuidadoso. Esses cuidados também abrangem o corpo docente.

A comunidade escolar das nossas escolas tem com os alunos o compromisso com escuta, sondagem para descobrir os problemas que existem na comunidade relacionada à saúde como: depressão, fatores de risco como sobrepeso/obesidade e sedentarismo; transtornos mentais; uso abusivo de drogas; doenças do aparelho respiratório; doenças do aparelho cardiovascular; trabalho infantil, doenças infecciosas dentre outras.

Decerto, a saúde é um direito de todos e a escola deve trabalhar com projetos pedagógicos, sequências didáticas com ações para enfrentar problemas sociais que envolvem a vida e saúde dos diferentes sujeitos, promovendo a formação para a cultura da saúde preventiva.

### **Educação Ambiental**

O meio ambiente é essencial para a sobrevivência do ser humano. Logo, as escolas constantemente procuram garantir uma proposta pedagógica que promova a construção de conhecimentos a partir dos saberes locais e, além disso, desenvolva nos alunos atitudes de valorização no qual usufruam de forma consciente e percebam que o meio ambiente vai além do espaço físico, como explana Segura(2001):

*(...)a conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...). A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente. (SEGURA, 2001, p.165).*

A escola tem o papel fundamental na formação do indivíduo para a cidadania. Dessa forma, devemos constantemente promover momentos de reflexão a cerca do reaproveitamento, que é um ato extremamente importante para a nossa sobrevivência. Neste sentido, as nossas escolas devem contribuir para revisão de valores e a adoção de práticas que adotem a sustentabilidade, desenvolvendo atividades que os alunos consigam conciliar teoria e prática.

Sendo assim, o intuito das escolas do núcleo regionalizado C é projetar a formação de alunos multiplicadores para serem operantes na sua comunidade, sendo transmissores de informações, visando à redução do desperdício de água, materiais de limpeza, utilização de materiais reciclados para construção de brinquedos e reutilização de papel.

Além disso, é importante que eles aprendam atividades como a construção de uma horta escolar, compostagem com os restos dos alimentos da própria merenda ofertada na escola. A utilização de debates estratégicos, trazendo a realidade que os rodeiam, seminários para reflexões e aprendizados sobre a importância da preservação do meio ambiente, promovendo a conscientização tanto do aluno, como também possibilitar a expansão desse movimento para toda a comunidade.

### **Educação Financeira e para o Consumo**

O processo educacional tem o poder de modificar hábitos no ser humano. Dessa forma, a escola deve criar estratégias que leve o aluno a ter hábitos conscientes de consumo e desenvolva a cultura do SER para além da cultura do TER.

Neste contexto, o tema integrador Educação Financeira e para o consumo visa à construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam tornar-se protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida DCRM 2022( p.60).

As aulas desenvolvidas em nossas escolas do núcleo regionalizado C buscam estimular a conscientização sobre o uso do dinheiro ( como se consegue, para que serve e como deve ser usado). Utilizando algumas estratégias que possibilitarão uma vivência a respeito do tema, como jogos, consumo conciente, notas fiscais, impostos, montagem de um supermercado com a turma, diálogos a respeito do consumo, pesquisa de preços de produtos utilizados no dia a dia, todas essas atividades são importante para que o aluno desenvolva conhecimentos e habilidades para que sejam cidadãos ativos na sociedade e tenha uma relação saudável com o dinheiro.

### **Cultura Digital**

A escola necessita inserir a tecnologia no contexto do processo ensino-aprendizagem, pois o mundo está constantemente em mudança e a instituição escolar precisa acompanhar tais avanços, inovando o seu ambiente educativo e suas ações considerando todas as dimensões para qualificar os serviços oferecidos e facilitar o aprendizado dos alunos.

O ensino articulado aos preceitos da Cultura Digital articula-se com qualquer outro componente curricular, como arte, ciências humanas, ciências naturais, ultrapassando os aspectos meramente tecnológicos. Segundo o DCRM 2022 (p.61) é instigado às instituições educacionais e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender.

Algumas estratégias podem ser adotadas nos espaços escolares do Núcleo Regionalizado C para garantir acesso à inovação tecnológica que assegure no contexto das aprendizagens através de jogos educativos, vídeo aulas, redes sociais, aplicativos (WhatsApp - Facebook ), essas redes sociais podem ser usada como uma rede de compartilhamento de conteúdo, correção de exercícios e até um espaço para debates construtivo, editores de texto e vídeo ,filmes infantis contribuindo para facilitar o desenvolvimento educacional do aluno.

### **3.3.1 Parte Diversificada**

A parte diversificada do currículo potencializa a escola trabalhar com a singularidade local /regional saberes historicamente e construídos pelas gerações no meio em que o estudante vive. São conteúdos complementares que devem ser escolhidos pela rede de ensino de cada escola e esta tem autonomia de escolher temas pertinentes à realidade da comunidade pertencente do aluno.

*[...] a história local se vista como eixo curricular demonstra ser o local de construção e espaço identitário e facilitador de relações solidárias num mundo planetário e global. Propicia olhar o ontem com os valores de hoje e facilita tornar mais significativos os conteúdos universalmente postos como saberes escolares [...]. (NIKITIUK, 2000, p. 161-162).*

Buscando tornar o ensino-aprendizagem mais significativo um dos caminhos é levar o aluno a conhecer, compreender a cultura local, visto que, o DCRM contempla do 1º ao 5º Ano, habilidades específicas referentes à história do Município de Anguera, desde a origem aos dias atuais.

Com relação a potencializar e legitimar os saberes e as culturas presentes no contexto local, em seu potencial formacional: consideradas transitórias (povos ciganos, comunidade circenses etc.), não temos, caso apareça essa demanda o ambiente escolar será preparado para acolher através de uma educação humanizadora, onde o conhecimento prévio do aluno, a cultura será valorizada e ampliada através de projetos e ações realizadas pela comunidade escolar.

### **3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno**

#### **Perfil da Docência**

Os professores que compõe o corpo docente das escolas do núcleo regionalizado C, possuem formação no magistério e a maioria o nível superior completo, 30% dos professores moram na comunidade onde as escolas estão inseridas, 70 % residem na cidade de Feira de Santana e outras.

Acreditamos que a dimensão pedagógica está em toda parte e ela busca esclarecer e oferecer diretrizes para a organização e o bom funcionamento do trabalho pedagógico e isso envolve a concepção de gestão do ensino e aprendizagem numa perspectiva contextualizada. Os professores são eternos alunos; que estudam e são capazes de produzir e reproduzir saberes pedagógicos e didáticos.

Tais profissionais devem ser conhecedores dos saberes da mediação da classe, que proporcionam uma atmosfera positiva e proativa na sala de aula, saibam resolver conflitos e tenham a expertise de fazer isso naturalmente. Profissionais que se envolvam na construção do projeto político-pedagógico da escola e no compromisso de sua prática diária, práticas de planejamentos coletivos e colaborativos que reconhece o aluno como protagonista deste processo.

Este é o perfil da docência que as nossas escolas almejam. Profissionais que mediam o processo do ensino-aprendizagem para prática pedagógica a partir da essência do ensinar e do aprender, que utilizem os recursos e inclusive das tecnologias digitais. Profissionais esses que criam confiança no relacionamento com os nossos educandos através de processos mediativos na sala de aula, pois isto também são elementos importantes.

Este deve ser o papel social e político do professor, mediar o processo de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento espontâneo do aluno, criando estratégias que facilite essa aprendizagem e possibilite a este ser operante na sociedade de forma positiva.

#### **Perfil do Estudante**

O público das nossas escolas é formado por filhos de agricultores, criadores de animais de pequeno porte, e de autônomos. As residências dos alunos, em sua maioria, ficam distantes da escola, por isso, temos o transporte escolar (ônibus

Caminho da Escola do Governo Federal) para transportar os estudantes para a escola mais próxima. Os alunos na sua maioria não têm acesso a livros em casa e nem internet e pouco se envolvem em assuntos da comunidade, não demonstram interesse na vida pública e política do município e não reconhecem suas matrizes histórico-culturais. São alunos ainda carentes de atitudes ativa e participativa para uma gestão mais democrática, porém já avançaram diante dos estímulos oferecidos.

Decerto a educação pode transformar vidas e o caminho para essa transformação é promover movimentos que envolva os alunos e exija mais participação, tanto dirigida como espontânea dos mesmos.

## **4. ETAPAS DO ENSINO**

### **4.1. Educação infantil**

A concepção de infância passa por uma ação pedagógica que analisa a criança como um ser social, nesse processo a criança passa a ser notada como um sujeito histórico, com necessidades particulares. O ato de educar consiste em dialogar com o conhecimento do cotidiano apresentado pelas crianças, elas trazem para a escola conhecimento prévios e é na escola que as aprendizagens são ampliadas por meio das interações e de relacionamentos significativos com a comunidade escolar. Vale ressaltar que o aprendizado da criança passa por estágios, e o ambiente escolar é essencial para possibilitar as competências de cada estágio, criando estratégias e técnicas para trabalhar aspectos que são responsáveis pelo aprendizado da criança.

Nesse sentido Leite(2005, p.8) destaca a necessidade de práticas que:

*[...] exige uma nova postura dos professores de creches e pré-escolas no Brasil, no sentido de se iniciar uma educação infantil que respeite a crianças como sujeito de direitos. Uma educação infantil que coloque a criança como centro do processo educacional).*

A aprendizagem da criança começa desde o seu nascimento, onde a família começa a criar maneiras de interagir com os bebês estabelecendo algumas habilidades, pelo simples fato de levantar a mãozinha, sorrir com as pessoas, levando-se em consideração que o desenvolvimento da criança acontece, nos mais diversos contextos e espaços.

As crianças aprendem brincando, socializando com outras crianças, elas brincam: de pular corda, correr, saltar, de futebol, pescaria, mão na bola, movimentos de pinça, jogos de encaixe ou simplesmente correndo atrás de uma caixa de papelão, que, na imaginação das crianças, pode ser uma bola ou outra coisa qualquer.

As nossas escolas são lugares para o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas; os direitos de aprendizagem dispostos no DCRB E DCRM asseguram condições para que as crianças aprendam e potencializem os seus conhecimentos. É importante proporcionar situações de cuidados e acolhimento às crianças por meio das interações e de relacionamentos significativos com outras crianças, adultos e com ela mesma.

Portanto, é necessário que o professor planeje situações voltadas para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento, despertando na criança a curiosidade e criatividade. Tendo em vista que a criança é o centro dos ensinamentos, o caminho é promover experiências de aprendizagem não apenas em sala de aula, mas em espaços externo para que o aluno possa desenvolver integralmente os aspectos físicos, emocional e social construindo a sua identidade.

#### **4.1.1. Creche**

A educação infantil é umas das fases mais importantes da vida escolar da criança, por isso é preciso criar condições para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo desses sujeitos. A ação de educar requer uma rotina de cuidados bem planejados pelos professores, direção e coordenação para proporcionar espaços estimulantes e seguros para serem explorados pelas crianças, organizados adequadamente e contendo materiais pertinentes a esse público.

Em nossas escolas do núcleo regionalizado C recebemos crianças na faixa etária de 2 e 3 anos de idade, não temos estrutura física para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas, as turmas são multisseriadas o que acaba dificultando o desenvolvimento de algumas experiências de aprendizagem dentro da idade de cada grupo. Mesmo com as dificuldades citadas, buscamos planejar da melhor forma possível, contribuir com o aprendizado e formação dos nossos alunos.

Perceber a criança e suas potencialidades é um grande desafio para todos nós, pois para conhecer e fazer parte do universo infantil é preciso desenvolver a percepção e a escuta sensível, compreendendo o potencial de cada uma e a melhor maneira de aprender, que serão reveladas nas interações e ações pedagógicas. O trabalho com a Educação Infantil é muito gratificante, poder sentir a alegria contagiante das crianças e acompanhar a evolução na aprendizagem.

#### **4.1.2. Pré-Escola**

A pré-escola é uma faixa etária importante para o desenvolvimento infantil e os reflexos que este imprime na vida adulta, compreendemos a obrigatoriedade da pré-escola como um ganho para a vida escolar e social do educando. Por isso deve-se criar condições de aprendizado que possibilitem às nossas crianças acesso e atendimento na pré-escola.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/96), a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus diversos aspectos, complementando com a ação da família e da comunidade. É nessa fase que a criança participa socialmente de grupos sociais fora do ambiente familiar passando a conviver com outras pessoas e com isso começa a praticar sua cidadania a partir da convivência em sociedade.

O professor deve ter escuta sensível, compreendendo o potencial de cada criança, ressignificando o planejamento, buscando mediar às aprendizagens trazidas pelas crianças possibilitando experiências desafiadoras através de interações e brincadeiras. O brincar na educação infantil deve ser planejado intencionalmente para que venha a desenvolver a criatividade, autonomia e a capacidade de reflexão da criança.

Portanto, é necessário pensar a Educação Infantil das nossas escolas como um espaço em que a criança tem suas potencialidades instigadas e que promova o desenvolvimento das habilidades da infância e das funções cognitivas, como: observação, imaginação, curiosidade, memória e a atenção, através de intencionalidades pedagógicas pautadas nas interações e brincadeiras, eixos estruturantes contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## **4.2. Ensino Fundamental**

### **4.2.1. Anos Iniciais**

Considerando que até o 2º ano do Ensino Fundamental os estudantes já devem ter se apropriado do sistema alfabético por meio de práticas de letramento, o processo de alfabetização e a ampliação do letramento dos sujeitos de aprendizagem. A mesma deve ocorrer a partir das experiências vivenciadas pelo educando, que precisa ser estimulado a partir de ações pedagógicas bem planejadas pelo professor buscando valorizar os conhecimentos prévios e permitindo as crianças a se apropriarem do sistema de escrita alfabética, Freire (2011, p. 10) afirma:

*“a alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos (...) A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra” .*

É importante que o professor utilize metodologias acertivas dentro da sala de aula colocando o aluno no centro das aprendizagens, potencializando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de forma articulada, estimulando os alunos a serem críticos, criativos e autônomos; Agindo de forma consciente no meio em que vivem.

O reforço no turno oposto são atividades desenvolvidas pelo professor a partir de diagnósticos, são algumas das estratégias que podem ser mobilizadas para superar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes do 3º, 4º e 5º ano que ainda não foram alfabetizados. Quando o professor faz um diagnóstico dos alunos nas diversas áreas do conhecimento terá uma visão de como a sua turma está para poder (re) planejar atividades voltadas para recuperação das aprendizagens.

Portanto, se faz necessário planejar ações desafiadoras que favoreçam a construção do conhecimento, saberes e valores. Além disso, entrelaçar o ensino-aprendizagem na perspectiva de consolidar aprendizagens significativas aos alunos.

### **4.2.2. Transição da Creche para a Pré-escola**

A transição da creche para a pré-escola é um momento que representa perspectiva de crescimento tanto físico como cognitivo das crianças, expressando

sua consciência, conquista e autonomia na concretização das ações da rotina de cuidado de si. Essa transição é uma etapa essencial no percurso dos nossos alunos e a comunidade escolar precisa compreender que a criança enquanto sujeito ativo tem a capacidade de interagir no meio em que vive.

Os professores das nossas escolas devem desenvolver um planejamento que fortaleça a comunicação, tanto com a criança como também com os pais, onde qualquer desconforto da criança que possa surgir no ensinar e no cuidar seja compreendido como processo de crescimento.

As nossas escolas buscam criar parcerias para fortalecer o entendimento que o desconforto da criança vai existir e que a comunicação é necessário tanto com as crianças como com os pais, e juntos podemos resolver ou amenizar possíveis desconforto. Além disso, a pré- escola é vista pelos pequenos com extensão do lar, porém a escola é um espaço de aprendizado e do cuidar e os pais precisam se conscientizar para junto com a criança seja parceiro nesse processo de crescimento.

Vale ressaltar que as turmas de creche/pré-escola que compõe as escolas do núcleo C são multisseriadas e requer um olhar atento de todos os envolvidos no processo educacional. Ainda precisamos melhorar a estrutura física (banheiros, refeitórios, escovometro, materiais pedagógicos adequados a essa faixa-etária). Portanto, conhecer e refletir a cerca do processo de aprendizagem na infância é uma condição indispensável para o desenvolvimento da criança, levando em consideração as vivências dos alunos que frequentam as nossas escolas podemos contribuir melhor com o processo de adaptação.

#### **4.2.3. Transição da Pré-escola para o 1º Ano**

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental envolve desafios e requer um olhar atento, planejamento cuidadoso e bem organizado, pois esta passagem representa uma nova fase na vida da criança, um período que gera muita expectativa, até mesmo por parte dos pais.

O aluno que sai da Educação infantil para o 1º ano precisa se sentir acolhido no novo ambiente tanto da escola quanto nas práticas pedagógicas realizadas pelo professor, as brincadeiras, a ludicidade, integrar os conhecimentos contextualizando dentro das atividades. O processo ensino-aprendizagem deve

continuar sem rupturas para que o aluno perceba essa mudança de maneira tranquila em sua rotina escolar.

A BNCC traz toda orientação dessa importante fase de transição, para que o professor entenda como fazer nessa etapa, o mesmo precisa ter contato com relatórios, portfólios, registros e entenda como foi o processo de desenvolvimento na Educação infantil, conhecendo melhor as crianças com as quais vão trabalhar, favorecendo as estratégias de planejamento de acordo os objetivos de aprendizagem que necessitam serem desenvolvidos.

A Base Nacional Comum Curricular afirma (BRASIL, 2018, p.53)

*Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.*

A comunidade escolar deve acolher o aluno com afetividade, pois esse momento de transição é muito importante para a criança, considerando que na pré-escola as crianças são proativas e exploram o mundo construindo diversas linguagens, sendo assim, o professor deve realizar um trabalho de forma sistematizada através de atividades lúdicas enfatizando a importância do acesso a leitura e a escrita nos diversos contextos, favorecendo a alfabetização e o letramento.

#### **4.2.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano**

A mudança do 2º ano para o 3º ano é uma tarefa complexa, mas que se torna mais fácil quando o professor planeja a partir do contexto onde eles estão inseridos, é importante mobilizar os conhecimentos prévios dos alunos, proporcionando atividades desafiadoras onde possam ser estimulados a pensar e desenvolver novos aprendizados.

É importante que o processo de alfabetização deva acontecer através de atividades pedagógicas que permitam que os alunos desenvolvam a leitura e escrita alfabética. No decorrer dos demais anos que compõem os Anos Iniciais deve acontecer à ampliação das práticas de linguagens, da autonomia intelectual, relação com a natureza, com as tecnologias, a cultura, dentre outros, bem como a consolidação das diversas aprendizagens.

A escola deve proporcionar um ambiente acolhedor para desenvolver a autonomia no aluno através do diálogo, levando a criança a entender que essa mudança escolar é necessária para seu crescimento e assim conseguir superar esse desafio com muito sucesso. Também é necessário que o professor proponha atividades desafiadoras a partir das vivências dos nossos alunos respeitando os direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para desenvolver a leitura, escrita e compreensão.

#### **4.2.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano**

A transição do 5º para o 6º ano é certamente a mais complexa do Ensino Fundamental porque os alunos se deparam com uma realidade completamente nova. O contato com vários professores, cada um lecionando uma disciplina, não só exige um novo comportamento dos estudantes, como eles também precisam ser acolhidos pela comunidade escolar.

A escola deverá intentar promover a visita dos alunos a Escola Maria Rita, que é a escola mais próxima das nossas escolas do Núcleo Regionalizado C, para que os alunos reconheçam os espaços que futuramente estarão ingressando no 6º ano.

Portanto é fundamental desenvolver uma prática educativa de qualidade nos Anos Iniciais, comprometida com o direito ao pleno desenvolvimento humano, levando em consideração o trabalho pautado na ampliação e consolidação das aprendizagens, respeitando as especificidades de cada criança nessa etapa educacional.

## **5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO**

### **5.1. A Política da Educação Inclusiva**

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum. Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao

docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;

Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.

Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às

peças com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

- ✓ Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;
- ✓ Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;
- ✓ Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;
- ✓ Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;
- ✓ Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;
- ✓ Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;
- ✓ Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;
- ✓ Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;
- ✓ Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;
- ✓ Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

- ✓ Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- ✓ Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- ✓ Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

- ✓ Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- ✓ Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito. Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

### **5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva**

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora. As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

### **5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva**

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC , 1994 p.13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é

apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão e

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela 1995.p.34) afirmam que:

*[...]refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.*

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

### **5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva**

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020, foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade. A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim

excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”. E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

- ✓ A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
- ✓ Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
- ✓ O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado

que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização. O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

#### **5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação**

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille
- ✓ Técnicas de Soboran
- ✓ Orientação e Mobilidade

- ✓ Educação Física Adaptada
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos
- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar e de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

## **5.2. A Política da Educação do/no Campo**

### **5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo**

O Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

Mais especificamente, o Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou

aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

Nossa escola compõe o grupo das instituições vinculadas ao Município de Anguera-Ba, que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural, o público que a integra e a constitui enquanto escola.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno da nossa escola, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas importantes para a nossa comunidade escolar com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária.

Logo, o campo precisa ser visto e valorizado também a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola, favorecendo assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

*A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.*

De tal modo, acreditamos que é preciso levar em consideração a necessidade da inserção de um ensino do/no campo de qualidade capaz de contribuir com o desenvolvimento dos educandos e conseqüentemente do contexto no qual estão inseridos, visando de fato a formação dos sujeitos do campo, aliando ensino e valorização sociocultural e histórica de cada educando que integra o nosso ambiente escolar, respeitando ainda seus espaços e seus saberes construídos ao longo do tempo.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso fazer pedagógico, mas buscamos inserir também junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos educandos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si próprio e ao espaço que ocupam.

Dessa forma, buscamos colocar em evidência a relevância da valorização dos saberes populares locais, que permeiam a memória da nossa comunidade local através das atividades lúdicas e contextualizadas, por meio dos jogos, brincadeiras típicas da região, parlendas, adivinhas, cantigas (roda, das batatas de feijão e milho, etc.), histórias locais vinculadas à religiosidade, às lendas rurais e ao folclore e entre outras.

Além disso, colocamos nas rodas de discursões os saberes acumulados historicamente pelos sujeitos do campo, através da realização de pesquisas, entrevistas e apresentações feitas pelos educandos com o intuito de enfatizar e valorizar as histórias de vida dos seus antepassados, produzindo assim o conhecimento de si para que possam consolidar da melhor forma possível sua construção identitária.

Contudo, ainda não conseguimos alcançar verdadeiramente todos os moldes e as especificidades teóricas e metodológicas, temporais, avaliativas e entre outras que configuram de fato a Educação do/no Campo. Porém, de forma gradual, mediante a escrita deste PPP, das nossas formações sobre o tema supracitado, sediado pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera-Ba, bem como a partir das vivências experienciadas no contexto educacional estamos caminhando em direção a uma educação capaz de contribuir com a formação

integral dos sujeitos do campo, por muito tempo marginalizados e desvalorizados por fatores historicamente arraigados.

De tal modo, acreditamos que a Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos de conhecimento colocados em voga no atual contexto, carecemos de ir além, de imergir cada vez mais nas dimensões sociais, históricas e culturais dos nossos educandos, para que estes possam se apropriar das suas singularidades e pluralidades com orgulho.

### **5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do/no Campo**

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, pois propaga os diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo. Desse modo, a Educação do/no Campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, as instituições e os sujeitos que lhes da forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

Por isso, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

I - compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;

II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;

III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;

IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;

V - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;

VII - flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e

VIII - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola.

(BAHIA, 2015, p. 2).

A Educação do/no Campo surgiu das lutas dos sujeitos do campo com o intuito de romper com alguns paradigmas construídos historicamente, assim, nossa escola prega como princípio a valorização dos sujeitos do campo, enfatizando a relevância histórica da sua cultura ao longo do tempo, bem como suas contribuições formativas no que concerne a manutenção da vida em sociedade mediada pelo trabalho em regime de colaboração.

Pregamos a articulação entre o desenvolvimento de um ensino fundamentado na articulação entre os objetos de conhecimento prescritos pelos documentos referenciais e princípios acima, buscando articular os ensinamentos de modo que estes sejam aplicados na vida e pra manutenção da vida, com a intenção de torná-los críticos e consciente de sua própria identidade, buscando romper com as ideias preconceituosas, com a falta de respeito aos sujeitos do campo, com suas origens e histórias de vida construídas com tanta sabedoria e esforço.

Diante do exposto, entendemos que cada estudante é um ser único com suas particularidades, assim buscamos por meio das nossas práticas pedagógicas respeitar as diversidades, sejam elas, políticas, religiosas, racial, social, entre outras. A partir da reelaboração do Projeto Político-Pedagógico e da construção do nosso plano de ação, visamos ampliar os diálogos e elaborar projetos de

conscientização de respeito às diferenças, bem como estimular nosso corpo docente a trabalharem a temática em suas aulas.

Tendo em vista a importância das lutas travadas ao longo dos anos e das conquistas até aqui alcançadas primamos pela construção de um currículo pautado na valorização dos saberes locais, na emancipação dos sujeitos do campo, nos aspectos que enaltecem o trabalho do campo na construção de valores e nas particularidades que cercam o universo rural, colocando em voga os elementos que fundamentam.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (2022, p. 39), prega que:

*O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade. Assim, sua essência pedagógica e metodológica deve ser específica para pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento das diversas áreas de ensino. Sendo assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil de cada educando, levando em consideração suas vivências e seu contexto histórico.*

Com base no princípio acima, nossos docentes costumam aplicar atividades teóricas e práticas com a temática do campo, porém a partir da reformulação do nosso Projeto Político-Pedagógico, percebemos a necessidade de ampliar e adequar nossa prática educativa à realidade do campo, tanto através da adoção de metodologias próprias para o espaço rural quanto através das questões formacionais que carecem nossos docentes para que possam (re)pensar suas práticas metodológicas.

Além disso, nosso trabalho fundamenta-se no respeito, na valorização dos indivíduos do campo, com o objetivo de qualificá-los enquanto ser humanos atuantes do seu contexto social com o intuito de abranger a comunidade em torno da escola, pois acreditamos que a educação transcende o ambiente escolar.

### **5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo**

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Teceremos abaixo alguns métodos específicos realizados pela nossa escola, buscando apreender teoria e prática ao contexto da Educação do Campo:

- 1- Ao elaborar as atividades articulamos os objetos de conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno, dos quais emanam nossos educandos;
- 2- Buscamos incluir nas discussões em sala aula assuntos referente às políticas públicas que concernem sobre os direitos e deveres bem como a fundamentação da Educação do Campo para que nossos jovens refletiam sobre a sua inserção no contexto educacional e para além, formando sujeitos questionadores e participativos;
- 3- Colocamos em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmos busquem pelo conhecimento de suas histórias e tomem conhecimento das lutas travadas pelos seus ancestrais para que sigam lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;
- 4- Construir efetivamente, com todos os docentes, outras formas de planejar, propor e executar as atividades com o intuito de gerar novas possibilidades e inovar;
- 5- Seguimos os documentos curriculares referenciais da Bahia, do nosso município de Anguera e a BNCC, sempre organizando e adequando nossas práticas educativas e atividades às particularidades locais e regionais;
- 6- Buscamos enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos educandos, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento, além de fomentar discussões em torno da

crítica sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;

- 7- Enfatizamos ainda o desenvolvimento das relações entre os educandos com o objetivo de que esta ação desague nas vivências em sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em voga suas peculiaridades já conhecidas, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural. Para anteder a essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

- 1- Acolhimento dos pais/responsáveis para informar acerca da importância da participação dos mesmos na vida escolar dos filhos, dentro de suas possibilidades, pois temos responsáveis analfabetos e, portanto, não conseguem orientar seus filhos no desenvolvimento das atividades, mas orientamos que os mesmos o acompanhem e incentivem seus filhos, pois o apoio da família é fundamental em qualquer circunstância;
- 2- Trabalhamos com rótulos e embalagens, esclarecendo sobre os aditivos químicos, os danos que os mesmos podem causar ao meio ambiente, com vista na alimentação cotidiana;
- 3- Promover a inserção das expressões locais próprias, fazendo análises dentro das gerações, estabelecendo a diferença da linguagem formal e informal, porém trabalhando a valorização das duas linguagens, informando sobre o preconceito linguístico para que não aceitem tal eventualidade;
- 4- Trabalhar com a concepção de Mercadinho, distinguindo os produtos industrializados, esclarecendo acerca do consumismo, os custos de vida em determinadas regiões, valor nutricional dos alimentos, etc.;
- 5- Esclarecer acerca da questão do Trabalho, da sua importância, relacionando ao que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, orçamento Familiar do Campo por meio de levantamento de dados, confrontando com os dados da cidade;

6- Realizar práticas agroecológicas com o apoio da horta presente em nossa escola, da comunidade, da Secretaria de Desenvolvimento do nosso município, além de suscitar questões sobre a recuperação do solo.

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da Educação do Campo da nossa escola, buscamos trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade interna e externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

#### **5.2.4 Avaliação da aprendizagem**

O ato de avaliar transcende a mera obtenção de dados positivos ou negativos com a intenção de qualificar os estágios de desenvolvimento da aprendizagem dos educandos ao realizarem determinado tipo de avaliação. Pois, entendemos que avaliar parte do pressuposto da obtenção do conhecimento acerca das especificidades dos nossos educandos para que possamos criar possibilidades e meios de intensificar seus pontos positivos e sanar seus déficits educacionais.

Assim, destacamos a nossa preocupação em avaliar os nossos educandos do campo, levando em consideração seus conhecimentos, valorizando seus saberes, não somente os saberes construídos em sala de aula, mas buscamos incluir também os conhecimentos provenientes de suas vivências experienciadas em meio às demais instituições (familiar, social, religiosa, etc.).

Nossa escola atua com os anos iniciais do Ensino Fundamental, assim, propomos durante o ano letivo atividades pedagógicas e avaliativas moldadas conforme as demandas da nossa comunidade escolar, pois além de tratar dos assuntos concernentes aos objetos de conhecimento descritos pelos documentos referencias curricular, buscamos inserir os conhecimentos que competem a região na qual nossa escola e os nossos e nossos educandos se localizam, para que estes tomem conhecimento acerca do seu contexto social, histórico, econômico, político e cultural.

Fundamentados na concepção acima, buscaremos trabalhar com os diversos tipos de atividade e métodos, dentre eles estão: resolução de problemas,

observação, entrevistas, realização de trabalhos em grupos, dramatizações, leituras individuais e coletivas, desenvolvimento da criatividade, jogos com o intuito de inovar e despertar o interesse, testes, provas, entre outras.

Estruturalmente, dividimos o ano letivo em três etapas (Trimestrais) e ao longo das etapas, são aplicadas avaliações escritas (atividades diagnósticas, testes, provas, atividades avaliativas, pesquisas e trabalhos escritos e orais composto por apresentação de seminários).

De modo geral, nosso objetivo é instrumentalizar os nossos educados através das diversas metodologias disponíveis com o intuito de torná-los autônomos e qualificá-los no que tange ao desenvolvimento social e cognitivo. Além disso, o ato de avaliar em nossa escola, busca conciliar os saberes de mundo dos nossos educandos ao saberes demandados pelos currículos referenciais que norteiam o nosso trabalho educacional, de modo que o educando possa ter uma formação integral, no sentido de se desenvolver enquanto ser humano, enquanto sujeitos sociais em transformação com o mundo e para o mundo como bem enfatizou Paulo Freire (2021).

### **5.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

O acesso à Educação é fundamental para que todos possam intervir de modo consciente no meio contribuindo para a melhoria própria vida do aluno, como também as condições de vida da sociedade. A Educação de Jovens e Adultos precisa ser entendida enquanto processo de formação humana plena, capaz de formar um ser crítico e consciente do seu papel no mundo a partir das experiências dos protagonistas, dos alunos.

A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Soares (2002) descreve cada uma das funções da EJA, esclarecendo o que se encontra no Parecer 11 (Brasil, 2000, p. 34-41).

*A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados,*

*encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas...*

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

Nesse sentido, para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, acreditamos que é necessário estimular a permanência, promovendo aprendizagens contextualizadas valorizando as experiências desses alunos e a partir desses proporcionando a formação da consciência crítico-reflexivo e autônoma para isso, o professor precisa mostrar a várias possibilidades para esta construção.

### **5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos considera os saberes um conjunto de situações vivenciadas, adquiridas ao longo da vida que contribuem na formação do indivíduo. Sendo assim, estas experiências de vida devem ser articuladas ao saber formal, favorecendo a integração com seu meio social e facilitando o desenvolvimento do aluno.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da Educação Básica que é direcionada àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade correta. É um instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37. O Parecer CEB Nº 11/2020, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 10/05/2020, considera que a EJA tem como concepção o resgate de uma dívida social de herança colonial negativa, causada pela formação hierárquica da sociedade brasileira historicamente excludente. (Brasil,2020 p 5).

O ensino da EJA ofertado nas escolas do núcleo C, busca contribuir com a redução do analfabetismo, oportunizando os jovens, adultos e idosos e estimulando

a desenvolver suas potencialidades e elevando a suas autoestimas, considerando as especificidades dos alunos. Nesta concepção, a rede Municipal de Ensino de Anguera orienta a abordagem de temas transversais no planejamento escolar, sendo que os temas abordados se tornam geradores de aprendizagens, a partir de procedimentos pedagógicos investigativos, orientados pelos docentes aos estudantes. Freire 2005(p. 101) afirma que:

*[...] É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos Universo Temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores.*

Sendo assim, o ensino-aprendizagem deve ser regido através do diálogo, da escuta, da valorização dos saberes já construídos trazido por todos os alunos, tornando estes temas geradores de aprendizagens. Pois almejando um processo educacional onde as nossas escolas não somente formar sujeitos sociais alfabetizados, mas também letrados formadores de opiniões que seja atuante e venha a contribuir para uma sociedade melhor.

### **5.3.2. Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos alunos.

A Constituição Federal do Brasil/1988 incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, deve ser uma modalidade estratégica do esforço da nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada que a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:  
I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Certamente os alunos da educação de jovens e adultos estão assegurados nas leis, porém esta lei precisa ser colocada em prática, ou seja a educação da EJA deve ter um olhar mais preciso, onde os profissionais envolvidos saibam mediar este processo, sejam direcionados a identificar temas geradores e (re) construir, ampliar estes saberes populares junto com o aluno. Porque os jovens e adultos necessitam concluir seus estudos, mas através de estudos para aprender e ampliar os seus conhecimentos, realizar interações para desenvolver certas habilidades e garantir um aprendizado necessários para a vida em comunidade, sociedade também.

Como princípio orientador a Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

### **5.3.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos**

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) do município de Anguera/BA, é imprescindível a importância de um currículo diversificado para todas as modalidades de ensino, inclusive a EJA, objetivando formar cidadãos aptos a serem agentes de transformação social. Em consonância com o DCRM a regulamentação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com a portaria 013/2010 do município de Anguera orienta:

*Art. 3º - A proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos baseia-se na especificidade dos tempos humanos da juventude e da fase adulta.  
§ 1º - A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. § 2º - A Educação de Jovens e Adultos se orienta pelos ideários da Educação Popular: formação social, política e profissional.*

Dessa forma, a concepção de ensino da EJA, parte do princípio na perspectiva da educação popular, pois em sua essência ela tem operado transformações metodológicas muito significativas. Uma vez que a concepção tradicional da EJA assume um significado compensatório, assentado em uma visão preconceituosa sobre o jovem e adultos das classes populares, as práticas bancárias na EJA têm sido marcadamente prescritivas, mecânicas, repetitivas, autoritárias e, por vezes, infantilizadoras. Em oposição a isto, a educação popular luta pela valorização das experiências de vida do educando valorizando os saberes dos jovens e adultos, mantendo o diálogo entre educador e educando, pela relação entre os saberes científicos e populares, pela adoção de metodologias ativas, críticas, criativas, investigativas e problematizadoras.

Nesse sentido, a fim de explorar melhor algumas dessas questões são importantes destacar três diretrizes pedagógicas freireanas que devem ser adotadas na EJA: a pesquisa, o diálogo, a problematização.

A *pesquisa* na EJA, como em outros níveis e modalidades de ensino, é preciso que o educador tenha uma postura de pesquisador e incorpore a pesquisa como um princípio estruturante do trabalho pedagógico.

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire define a pesquisa como um dos saberes necessários à prática educativa libertadora.

*Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando... Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).*

A pesquisa deve mobilizar propostas pedagógicas na EJA que levem os educandos a assumirem posturas mais ativas na construção do conhecimento, estratégias que incentivem os estudantes a pensar, a produzir conhecimento e a elaborar hipóteses sobre a realidade, tais como pesquisas de campo, seminários, levantamentos bibliográficos e documentais, construção do próprio material didático, etc.

O *diálogo* é uma categoria central em toda a produção intelectual de Paulo Freire. A perspectiva dialógica gera uma crítica ácida ao que Freire (1987) chamou de educação bancária, que, fundamentada na teoria antidialógica da ação, não

oferece possibilidades aos educandos de se expressarem, logo, seus conhecimentos e suas culturas são também negados. Na educação dialógica, ao contrário, o saber não reside unicamente no professor, porque a compreensão crítica da realidade social nasce da comunicação, da escuta que debater, a escuta que quer aprender, uma escuta que acolhe o acontecimento e passa ser mais atraente este ensino-aprendizagem que vai ao encontro entre sujeitos que buscam juntos a razão de ser dos fatos.

Na EJA, os professores se relacionam com sujeitos experientes e que possuem uma sabedoria forjada no trabalho, na vida comunitária, na luta pela existência. Logo, o educador deve adotar uma postura dialógica em sala de aula, uma escuta sensível, atento aos seus dizeres e fazeres cotidianos, respeitando, valorizando e explorando suas experiências, seus conhecimentos.

*A problematização* é outra categoria do universo pedagógico e metodológico de Freire, relacionada ao esforço conscientizador, é a problematização, entendida como “a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade” (FREIRE, 1987, p. 57).

Nessa perspectiva o Núcleo C deseja uma Educação de Jovens e Adultos mais adoção de metodologias ativas, críticas, criativas, investigativas e problematizadoras com reflexão sobre o aluno que reside no campo e seus direitos, que venha promover uma educação formadora, humanizada, desenvolvendo propostas pedagógicas de acordo com Temas Geradores e Subtemas levando os educandos a refletirem sobre a realidade em que vivem, contribuindo ativamente como sujeito operante na sociedade.

#### **5.3.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação**

As Diretrizes Curriculares para a EJA devem ser entendidas como parte de um processo dialógico, da prática pedagógica dos educadores, da sua permanente formação, e devem assegurar os espaços fundamentais de reflexão, reescrita e atualização, pela constante construção de uma educação de qualidade para todos.

Tais Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho. Ademais, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes

nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar ainda: as especificidades de tempo e espaço para seus educandos; o tratamento presencial dos conteúdos curriculares; a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação e a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA. Segundo Minayo “eles são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção”. (MINAYO, 2009, p. 87).

Na EJA os indicadores de avaliação acontecem com intervenções ativas feita pelos professores com as metodologias ativas respeitando as diferentes formas de aprender de cada aluno, levando em consideração os conhecimentos prévios e a vivências que cada um traz consigo. Assim como afirma Freire na citação acima avaliar e conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

#### **5.4.4. Diretrizes e indicadores de Avaliação**

Acreditamos que avaliação é uma investigação, é questionamento em relação ao ensino-aprendizagem, além das relações interpessoais do aluno/comunidade e o processo educacional oferecido pela escola, ou seja, a avaliação deve considera todo o processo educacional, pois só assim poder identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades dos alunos para reprogramar e sanar possível deficiência no ensino. Avaliação precisa ser contínua, diagnóstica, formativa, somativa e comparativa para favorecer as aprendizagens e experiências dos protagonistas, os alunos.

Nas turmas de Educação Infantil, a avaliação é por meio da observação, o movimento, a interação, fala, como se relaciona com o mundo e como o outro, como constrói a oralidade. Além de ser um componente importante no processo formativo do aluno, pode também, estimular o aluno/professor a fazer uma autoavaliação das habilidades e dificuldades, das metodologias e o planejamento. Para Luckesi (p.206 e 207):

*A avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de*

*ensino-aprendizagem, e responder á sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado.*

A avaliação não deve se fundamentar no certo ou errado, sem considerar todo o processo educacional desenvolvido, se faz necessário uma autoavaliação para que possa qualificar as ações no sentido de sanar ou minimizar as dificuldades notadas no ensino ofertado. Os instrumentos avaliativos que serão propostos pelas escolas do Núcleo Regionalizado C, visando acolher as especificidades das modalidades são: diagnósticos, autoavaliação, debates, testes, provas, resenha, relatório, seminários, trabalhos individuais e em grupos.

## **5.5. A Política de Assistência Estudantil**

### **5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil**

A assistência estudantil é um apoio aos estudantes para assegurar a sua permanência na instituição educacional pública e melhorar o seu desempenho, como também é um importante componente de promoção da educação integral. Além de ter o objetivo de garantir a democratização das condições de acesso e permanência dos alunos.

O público das nossas escolas, a maioria faz uso do transporte escolar e a escola conta com colaboradores diariamente que acompanham os alunos durante o percurso do transporte, garantindo a ordem e a segurança e contribui com o processo educacional dos mesmos. Além disso, a gestão escolar promove reunião e plantão pedagógico a cada etapa letiva ou quando surge necessidade para aproximar e estreitar a comunicação entre escola e família, isto é importante para conhecer as necessidades e demandas para melhorar a qualidade da educação oferecida.

### **5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil**

A escola tem um importante papel no desenvolvimento das competências socioemocionais dentro do contexto das aprendizagens, o acesso e permanência devem ser garantidos a todos sem distinção de qualquer natureza, como também, deve oferecer um ambiente favorável nesse fazer educacional. Mesmo com todo empenho, as nossas escolas ainda não oferecem tudo que é necessário.

Porém, já existem ações importantes, como a parceria de uma equipe da Secretaria de Educação que ajuda realizar a busca ativa dos alunos, o “Eu amo minha Escola”. Junto com a escola tentam assegurar que todos os alunos estejam com a frequência ativa e procuram ter um olhar sensível, observando e escutando os alunos para reconhecer situações como: violência doméstica.

Com a intenção de oferecer ou buscar apoio, os profissionais envolvidos oferecem ajuda e proteção, além de promover momentos de reflexões sobre assuntos relevantes, promovendo ações dentro do próprio ambiente escolar, para conhecer a história de vida (contexto familiar, subnutrição, abusos, trabalho infantil, envolvimento com drogas ilícitas) dos estudantes e do entorno e sempre que possível envolvemos a equipe do Programa Saúde na Escola do PSE das comunidades para contribuir no processo educacional das nossas escolas.

### **5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil**

O ambiente escolar é um espaço de empoderamento para os estudantes, por isto deve oferecer o acesso a informações, desenvolver habilidades, possibilitando ao aluno investir em um projeto de vida onde a confiança seja construída e aumentada para romper com possíveis ciclos de violência que possa existir e fortalecer sua representatividade e a autonomia.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca o Art. 3º:

*O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...".*

A LDB, determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais" (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

## **5.6. A Política De Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Dos Servidores**

A formação continuada é um processo que possibilita atualização, qualificação da prática da comunidade escolar, para que desenvolva um bom trabalho e possa enfrentar os desafios no cotidiano escolar, não é apenas participar e garantir certificado, ela é contínua, tornando capaz de contribuir na oferta da qualidade do ensino esperando.

No que se refere à formação continuada do professor ele precisa se apropriar de conhecimentos múltiplos, esta atualizando para potencializar o trabalho trazendo para dentro do processo de ensino-aprendizagem uma visão ampla de conhecimento. Visto que, a partir do momento que o professor percebe os aspectos no diagnóstico que evidencie as lacunas de aprendizagem do aluno ele deve desenvolver estratégias para sanar ou minimizar os aspectos notados relacionado às aprendizagens.

VEIGA (2001) afirma:

*A formação constitui um dos instrumentos privilegiado no processo de construção de uma identidade profissional nos professores. Ela é um processo contínuo que se inicia antes do exercício das atividades pedagógicas (pré-serviço), prossegue ao longo da carreira e permeia toda prática profissional, numa perspectiva de formação permanente (p.84).*

A realização de um trabalho colaborativo da comunidade escolar contribui no aprimoramento das práticas docentes, considerando a escola como local de formação continuada, para que o processo educacional possa ser encarado é importante está aberto a aprender e ser um multiplicador dentro do seu espaço de trabalho. É importante investir em atividades atrativas onde o aluno seja estimulado a ser proativo, mas para isso o professor deve planejar através de um estudo de caso ou projeto, para que os alunos resolvam os desafios de forma colaborativa.

Sabendo que a formação continuada é um processo permanente de aperfeiçoar os saberes é necessário realizar com responsabilidade, participar de uma formação contextualizada dentro do processo educacional vivenciado na escola, buscando formações que venha a contribuir no ensino-aprendizado tanto do professor quanto do aluno, assim estará garantindo uma aprendizagem de qualidades aos nossos alunos.

A nossa escola planeja os momentos de formação continuada dos seus professores na perspectiva das etapas e modalidades da educação podendo ocorrer no ambiente interno escolar, utilizando o espaço da coordenação e supervisão pedagógica.

O acompanhamento e avaliação das ações de formação continuada é refletido tanto no ambiente externo da escola como em sala de aula onde o professor possa melhorar no seu planejamento bem como o seu desempenho oferecendo um ensino com qualidade aos nossos alunos. A coordenação/supervisão estará acompanhando o trabalho desenvolvido a partir da formação oferecida para poder (re) planejar em cima das reais dificuldades diagnosticadas.

## **5.7. A Política De Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade**

### **5.7.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade**

Acredita-se que a família é a base principal da criança, fornecendo proteção, amor, conhecimentos e valores. Dessa forma, passa a ser a primeira a estabelecer contato de interação do indivíduo com o meio social, através das relações, experiências familiares que são responsáveis para a formação do caráter dentro do âmbito familiar, escolar e social, pois é na família a primeira escola da criança, ficando o professor para dá continuidade nos aprimores da vida.

A comunicação com as famílias e também com a comunidade é importante para uma formação humana e cidadã. Porém, é um desafio construir e manter a parceria entre comunidade /escola /família. Visto que, a maioria dos pais vem colocando na escola uma carga que não pertence a mesma.

A escola deve ser entendida como um espaço de oportunidades de aprendizados, e não como uma continuidade da casa dos alunos, os papéis devem ser delegados a quem é de direito. Os pais precisam compreender esta transição e ajudar no crescimento dos seus filhos por meio de diálogos e da escuta, para entender como se dar o ensino-aprendizagem e contribuir com este.

Se a escola se torna uma extensão da residência do aluno, será uma forma de fragiliza-lo, isso deixa a criança sem as responsabilidades que lhe cabem. Um dos grandes pontos para criarmos essa parceria entre escola e família é entender que os desconfortos em certos momentos irão existir e que a comunicação é

necessária para compreender a necessidade tanto das nossas crianças, quanto dos pais, e dará à escola a oportunidade de ver o que ela pode fazer a respeito disso.

E quando se compreende essa parceria quem ganha com isso primordialmente são os alunos, pois uma das funções da escola é gerar um espaço que pode propiciar grandes experiências e orientar os seus atores a compreender, o que é a vida escolar.

Neste sentido a gestão das escolas que compõe o Núcleo C, busca incansavelmente fortalecer a comunicação entre comunidade, pais e escolas visando o crescimento e fortalecimento do vínculo com todos os envolvidos. Os interlocutores do processo de comunicação entre escola, família e comunidade são: gestão, coordenação, professores e também os colaboradores que de modo geral visam amenizar os conflitos e as dificuldades de aprendizagem. Percebemos que na nossa escola os níveis de linguagens da família /comunidade são diversificados, pois contamos com pais escolarizados outros não. A escola se adequa a todos os níveis para que consiga manter a participação ativa dos pais na vida escolar dos seus filhos.

Paulo Freire afirma: “Ninguém luta contra as forças que não compreende cuja importância não mede cujas formas e contornos não discerne” (1979, p. 22). Logo, para que a família possa fazer a diferença no processo ensino e aprendizagem a escola promove momentos formativos com as famílias para que possam entender como funciona a escola, as avaliações, os conteúdos as propostas de atividades propostas extraescolares.

Neste sentido, procuramos desenvolver nos alunos uma maior autonomia com a explicação prévia das atividades feita pelo professor antes de serem enviadas para casa, pelo fato dos pais não conseguirem orientar seus filhos devido ao nível de escolarização e outros por falta de interesse na vida escolar da criança.

Os canais de comunicação utilizados pelas nossas escolas do núcleo C, para estabelecer essas relações são basicamente promovidas através da reunião de pais/responsável, plantão pedagógico, comunicação via telefone, diário, murais informativos, rede social(facebook), whatasapp e outros.

As nossas escolas buscam criar uma relação de interlocução constante com seu entorno, com as famílias, buscando fortalecer a comunicação promovendo momentos de partilha, socialização da proposta pedagógica e momentos para discussão dos métodos de aprendizagem e dificuldades do aluno. Visando uma parceria que possa apoiar os alunos nas suas necessidades mais específicas.

### **5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade**

Um dos princípios da valorização da escola é através da participação dos pais, com uma comunicação ativa e de forma clara, onde a escola não apenas comunica, mas ouve. Além de compreender que há novos arranjos familiares a escola procura estar preparada para inclusão, pois a uma escola é para todos, e quanto mais a família é presente na escolarização dos filhos, terão resultados escolares melhores.

Cabe ressaltar que o elo mais forte entre família e escola tem que ser a comunicação, e esta comunicação não poderá ter ruídos e a mesma deverá ser partilhada entre a escola e a família de forma direta ou indireta para que esta empreitada pedagógica tenha como resultado uma educação de qualidade.

É de suma importância elucidar que esta comunicação deverá ser efetiva e humanística entre as duas instituições, de modo que desenvolva no educando pensamentos que tenderão minimizar conflitos e maximizar sua inteligência emocional.

### **5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade**

Legalmente a escola precisa articular ações de integração entre família e escola como o objetivo de contribuir na formação cidadãos dos alunos. Sendo assim, nossas escolas buscam compreender os motivos de possível distanciamentos entre família e escola e tenta criar estratégias envolvendo os membros do conselho escolar, para estreitar esta relação como: reunião, feira de conhecimento, encontro pedagógico, prestação de contas. Com o objetivo de demonstrar que o espaço escolar é local de diversidades de alunos e que todos precisam ter acesso está processo educacional para consigam ter uma formação integral através de educação mais humanizada.

A escola, além de respeitar a individualidade das pessoas, deve empenhar-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Para que estes ideais saiam do papel e se transformem numa realidade concreta na vida de nossos educandos, é necessário que sejamos capazes de criar comunidades educativas, pode-se elencar que nas escolas do Núcleo Regionalizado C temos como diretrizes:

- ✓ Organizar e executar sua proposta pedagógica;
- ✓ Gerir seu pessoal e seus recursos materiais financeiros;
- ✓ Garantir o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- ✓ Precaver-se pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- ✓ Fornecer meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
- ✓ Unir-se com as famílias, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- ✓ Avisar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos.

## **6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

### **6.1. Concepção de Avaliação do PPP e Aspectos Teórico-Metodológicos do Processo**

Embasado na lei máxima do nosso sistema educacional brasileiro a LDB (9.394/96), a qual delega aos sujeitos que fazem a escola acontecer, a oportunidade de construir um novo olhar na educação, dando-lhes a tarefa de elaboração do Projeto Político Pedagógico voltado para o que temos de mais importante no ambiente escolar o “aluno”. Porém, leis é ponto de partida, precisa que os indivíduos se apropriem delas e busquem concretizar os discursos na prática, para que os avanços ou mudança sejam alcançados.

O PPP é um planejamento global, um instrumento fundamental para o bom funcionamento da instituição escolar, pois ele abarca as necessidades da escola e procura detalhar coletivamente ações que venham solucioná-las. Ele é político, porque envolvem diferentes tipos de pessoas (professor, alunos gestor, comunidade local e demais funcionários), é formulado em um espaço de discussões e decisões. É também um projeto pedagógico, porque esta envolvido

em situações específicas da área educacional, por cuidar de questões referentes à prática do ensino-aprendizagem, visando à melhoria da educação.

A construção do PPP não pode ser uma imposição, tão pouco como um fator sem fim, a elaboração deve ser pautada numa ação coletiva, onde prevaleçam as ideais de um todo visando consolidar uma escola pública com ensino-aprendizagem de qualidade.

Ao estudar a importância do projeto, é necessária uma integração entre o ensino- aprendizagem e à problemática do contexto social em que a sua clientela está inserida. Nesta linha de pensamento a escola precisa melhorar a relação entre equipe escolar e a comunidade, na intenção de dialogar e buscar articular ação almejando o rendimento escolar dos alunos. Neste pressuposto, projeto político-pedagógico deve ser resultado de processo coletivo-democrático da necessidade e desejo de se ter uma escola planejada, organizada e de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico harmoniza o processo educativo com a realidade da escola, facilita a construção de uma autonomia dentro do espaço escolar despertando nos profissionais da educação e comunidade local a coletividade e o chamamento à responsabilidade para a importância do ato de educar.

A educação enquanto instrumento de formação da cidadania, como princípio norteador da política educacional e a escola como espaço formação dever ter uma visão crítica de todo processo educacional para intervir na intenção de potencializar o ensino-aprendizagem oferecido pela escola.

Segundo Vasconcellos, o PPP é um documento vivo que deve ser (re) elaborado de acordo as necessidades notadas no diagnóstico que evidenciem as lacunas do funcionamento da unidade educativa. Neste sentido, a escola deve estimular um maior comprometimento dos indivíduos com o processo educativo, buscando priorizar a educação com ações articuladas em favor de uma educação de qualidade e este processo favoreça a integração da escola com a comunidade.

O Projeto Político Pedagógico é uma construção necessária e que deve ser priorizado, pois a escola não vai conseguir desenvolver um bom trabalho sem conhecer o seu passado, refletir o seu presente, para projetar ações para o futuro visto que, a escola necessita melhorar a sua imagem, sua relação com o saber,

tornar a escola um espaço de transformação social, onde o conhecimento seja uma conquista recíproca.

Para isso, se faz necessário mobilizar, provocar no seguimento escolar a consciência coletiva, pois somos todo capaz de opinar, imaginar, participar e fazer progredir as conquistas e as relações sociais de um determinado contexto.

O Projeto Político Pedagógico é um documento de extrema importância para a escola, pois se trata da sua identidade além de nortear e estabelecer critérios tanto para as questões pertinentes à administração quanto às pedagógicas. Por trata-se de algo tão importante para a escola o PPP deve ser utilizado diariamente a fim de trabalhar com afinco as questões ali estabelecidas.

O nosso projeto foi desenvolvido de forma bastante criteriosa com a participação de toda a comunidade escolar através de reunião, entrevistas, pesquisas e a escuta, pois o PPP representa a possibilidade de mudanças norteadas por posicionamento ideológico, político e pedagógico estudado pelo coletivo escolar.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção de nosso Projeto Político Pedagógico proporcionou muitas reflexões, interações e sentimentos variados. De início, um sentimento de incapacidade nos inundou. Medos, incertezas, idas e vindas e enfim, nos permitimos refletir de modo heterogêneo e global sobre o significado do nosso fazer pedagógico nas escolas do Núcleo Regionalizado C.

Certamente, essa construção nos deu a oportunidade de melhor conhecer o processo educativo como um todo e foram momentos de aprendizagens, onde todos estão sendo mobilizados a assumir suas responsabilidades diante das metas idealizadas, contribuindo com a construção da identidade da escola e cientes que toda comunidade escolar é responsável pelo o sucesso ou fracasso da instituição. Com essa postura terão um projeto com a cara da escola, com um ensino-aprendizagem de qualidade, com foco na formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

O PPP possibilitou a criação de ações que venham sanar ou minimizar os aspectos notados nos espaços escolares que evidenciem as lacunas do seu funcionamento, para qualificar os serviços e avaliar positivamente o diagnóstico

educativo. Ações estratégicas para a promoção da inovação no ambiente educativo, considerando todas as dimensões, visando nortear a prática pedagógica das unidades escolares, o aprimoramento do ensino-aprendizagem, tentando garantir o acesso e permanência dos alunos na escola.

O Projeto Político Pedagógico é um documento legal e importante, nele contém todas as informações sobre a escola e a comunidade local. Sabemos que ele não provocará mudanças de uma hora para outra, pois as mudanças serão alcançadas a partir da própria atitude da escola.

Neste contexto, é preciso despertar mais ainda na comunidade escolar a consciência coletiva, as pessoas precisam abraçar a educação como dever de todos, para que o ambiente escolar seja a cada dia um espaço de transformação social, onde o educando e o educador apropriando-se do conhecimento, possa desenvolver a liberdade político-econômica para poder modificar o seu entorno e quiçá a sociedade.

Podemos salientar que este trabalho foi uma atividade que possibilitou uma relação maior entre teoria e prática, sendo instrumento para obter mais conhecimento e informação sobre o chão da escola. Pode-se constatar o quanto é trabalhoso construir o projeto político pedagógico, mas também, a dimensão da sua importância para o processo educacional.

É um planejamento que, evita improvisação, perda de tempo, serviço malfeito e deixa claro o que se pretende e o que deve ser feito para concretizar as metas. O Projeto Político Pedagógico deve ser um instrumento de diagnóstico e transformação da realidade escolar, as abordagens exploradas permitiram a análise mais aprofundada sobre os temas versados nesse documento.

Portanto, trabalhar na área da educação é construir vínculo, de confiança, afetividade e de compromisso. É ter atenção maior ao planejar, refletindo sobre as práticas e metodologias utilizadas, para saber estimular a curiosidade, a criatividade do educando. Os profissionais da educação em especial os professores, precisam ser comprometidos, pesquisadores, eternos estudantes, para criar novas perspectivas de trabalho.

Sendo assim, as escolas do Núcleo C primam por oferecer um ambiente educativo onde o indivíduo possa aprender e se desenvolver em todos os sentidos, através de uma educação acolhedora, desafiadora e mais humanizada.

## REFERÊNCIAS

**CANDAU**, Vera Maria Ferrão - Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. Educ. Soc., 79: 125-161, 2002

Saviani D. Pedagogia histórico-crítico: primeiras aproximações. 10 a. ed . Campinas: Autores Associados, 2008.

ANGUERA. Bahia. Secretaria de Educação Municipal. **Proposta curricular Referencial a AngueraparaaEducaçãoInfantileEnsinoFundamental**. Bahia, Anguera: SecretariaMunicipaldeEducação, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e pratica**. 5.ed. rev. e amp. Goiânia : Editora Alternativa. 2004.

HORA, Dinair Leal de. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papyrus, 1994.

SPÓSITO, Marília P. Educação, **gestão democrática e participação popular**. In:

BASTOS, João B. (Org.) Gestão democrática, Rio de Janeiro, DP e A, SEPE, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Ed. 5. Goiânia: Alternativa, 2004.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

**LUCKESI**, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições 22ª edição - São Paulo : Cortez, 2011.

NIKITIUK, S. M. L. **Um processo coletivo de formação continuada pelos caminhos da história local**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

**A crise da teoria curricular crítica.** In: COSTA, Marisa Vorraber(Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2018.

ZABALA, A. **Prática Educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Penso, 2014.

ARROYO, **Miguel Gonzáles.** Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo Sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

LEITE, F. A. **Rumoda Educação Infantil no Brasil.** Teias, Rio de Janeiro, 2005.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei. 394 de 20 de Dezembro de 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salette.; MOLINA, Mônica Castagma. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 133-145.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. CNPQ/ UNESP. (2012, a). Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/artigosdomes/3artigosdomes\\_2008.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigosdomes/3artigosdomes_2008.pdf)>. Acessado em 20 de set. de 2022.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 1996. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/>>. Acesso em 20 de set. de 2022.

SEGURA, D. de S. B. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p